



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO
EDUCATIVA SOCIAL – MPIES**

LOUSANA DE JESUS SANTANA

**Racismo institucional: o combate em rede no
Baixo Sul Baiano**

**Serrinha – BA
2021**

LOUSANA DE JESUS SANTANA

Racismo institucional: o combate em rede no Baixo Sul Baiano

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia Campus XV (UNEB), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, para obtenção do título de Mestrado.

Orientador: Marcelo Máximo Purificação

Coorientador: Paulo Cezar Borges Martins

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Biblioteca Paulo Freire – Campus XI
Maria Claudete Marques Barbosa Estrela
Bibliotecária – CRB 5/806

S232 Santana, Lousana de Jesus
Racismo institucional: o combate em rede no Baixo Sul Baiano /
Lousana de Jesus Santana. - Serrinha, 2021.
86f.

Orientadora: Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Cezar Borges Martins

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia.
Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social. Campus
XI.

1. Racismo 2. Racismo - Institucional. 3. Discriminação racial.
I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Martins, Paulo Cezar Borges.
III. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação
Campus XI.

CDD – 305.8

LOUSANA DE JESUS SANTANA

Racismo institucional:

O combate em rede no baixo sul baiano

Relatório final, apresentado a
Universidade do Estado da Bahia, como
parte das exigências para a obtenção do
título de Mestrado em intervenção
educativa e social.

Serrinha-Ba, 13 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação
Universidade do Estado da Bahia



Prof. Dr. Everton Nery Carneiro
Universidade do Estado da Bahia



Profª. Drª Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedicatória

Dedico esse trabalho a todas (os) as/ as (os) negras (os) que diariamente vivem e morrem um pouco com o racismo no Brasil e no mundo. E, ao dedicar-lhes esse trabalho, reafirmo meu compromisso com a luta antirracista, com os recursos que tenho em mãos.

Agradecimentos

O ato de estar grato a alguém ou alguma coisa é muito importante. No fim dessa jornada árdua e cansativa, chego ao final com lições valiosas que se unirão à bagagem de vivências que trago aos meus 20 e poucos anos de idade. Entendo que estar grata é algo extraordinário e um sentimento único que não deve ser banalizado por qualquer motivo, pois gratidão é uma palavra que não costumo desperdiçar com qualquer ação. Escrevendo isso pareço um pouco dura, mas vou usar esse texto para colocar para fora a quem sou grata.

Eu sou grata à mulher negra que me tornei e estou me tornado com os processos da vida, afinal as inseguranças ainda tentam me amedrontar e essa mulher negra em permanente construção tem que se olhar com mais amor e respeito.

Sou grata a meu namorado, que me ouviu nesse processo e me acolheu quando eu sentia que o mundo tinha me esquecido. Obrigada, meu amor, por estar comigo sempre.

Agradeço à minha família: Rosiane (mainha), Larissa (irmã), Mateus (irmão), Marcos (irmão), Edmilson (pai), Eliza (sobrinha). Obrigada, minha mainha, pela criação de amor e afeto em um mundo tão cruel e voraz e por deixar bem claro que se nada der certo, eu sempre vou ter minha mainha para voltar.

Obrigada também aos amigos que são irmãos do coração: Laís Guerra, Flávio de oliveira, Alex Paixão, Adenison Argolo, Diorleno, Jeni dos Santos e todos que me apoiaram na caminhada, amo vocês.

Ao falar de agradecer, não posso deixar de fora meu querido orientador, que com seu conhecimento, clama e sensibilidade esteve ao meu lado na caminhada acadêmica, sou grata pelo destino ter cruzado nossas vidas enquanto acadêmicos e amigos.

Agradeço à coordenação do mestrado, professora Sandra Célia e ao coordenador de linha, professor Everton Nery Carneiro, também a Diná e principalmente aos meus colegas e amigos da primeira turma do MPIES.

E, ao final, eu agradeço à UNEB por fazer parte e transformar minha realidade significativamente.

Epígrafe

Sou reflexo da sociedade, reflexo virou matéria
Os preto 'tá tão no topo
Que pra abater só um caça da Força Aérea
Seu time cometeu falta grave
Nós resolve no tapa
E meu disco é a prova
Que se pode julgar o livro pela capa
Sensação, sensacional
Sensação, sensacional (ei)
Sensação, sensacional
Firma, firma, firma
Fogo nos racista

Compositores: Gustavo Pereira Marques
Letra de Olho de Tigre © Warner Chappell
Music, Inc

RESUMO

Este trabalho intitulado *Racismo institucional: o combate no Baixo Sul Baiano* tem como objetivo potencializar espaços de compreensão dos aspectos do racismo institucional a partir das perspectivas do Baixo Sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI). O trabalho tem como justificativas trajetórias pessoais da pesquisadora, fomento da pesquisa científica, acúmulo para o BSRCRI no que se refere ao arcabouço necessário para o alargamento e aprofundamento da discussão e o combate praxiológico a esse tipo de racismo. Diante das demandas da rede (BSRCRI), apresenta-se como problemática: como solucionar o desconhecimento sobre o racismo institucional no baixo sul baiano? Essa problemática foi levantada após um processo de pesquisa junto ao grupo com o método zopp (baseia-se num processo de planejamento participativo sendo desenvolvidos passo a passo em equipes que contam com a participação dos indivíduos ou grupos afetados pelo projeto). A metodologia utilizada para a análise dos dados, obtidos através de observações e questionários, foi utilizada a análise de conteúdo. Diante do processo de pesquisa e desenvolvimento da temática, constata-se que o racismo institucional é uma constante presente no baixo sul baiano e eixo central para a prática das demais formas de racismo naquele território. Ao final, o trabalho apresenta-se um produto proveniente do processo de pesquisa, que é fruto de diálogo com os integrantes do BSRCRI em formato de cartilha de formação/ informação.

ABSTRACT

This work entitled *Institutional Racism: the fight in the Lower South of Bahia* aims to enhance spaces for understanding aspects of institutional racism from the perspectives of the Networked Southern Low in Combating Institutional Racism (BSRCRI). The work is justified by the researcher's personal trajectories, promotion of scientific research, accumulation for the BSRCRI in what concerns the necessary framework for the widening and deepening of the discussion and the praxiological combat to this type of racism. Given the demands of the network (BSRCRI), it presents itself as problematic: how to solve the lack of knowledge about institutional racism in the lower south of Bahia? This problem was raised after a research process with the group using the zopp method (it is based on a participatory planning process being developed step by step in teams that count on the participation of the individuals or groups affected by the project). The methodology used for data analysis, obtained through observations and questionnaires, content analysis was used. In view of the research and development process of the theme, it appears that institutional racism is a constant present in the lower south of Bahia and the central axis for the practice of other forms of racism in that territory. At the end, the work presents a product from the research process, which is the result of a dialogue with the members of the BSRCRI in the form of a training / information booklet.

Keywords: Institutional racism; BSRCRI; Cartilha.

Sumário

1	Introdução	11
1.1	Motivação para o estudo	12
1.2	Pertinência do estudo para uma intervenção	13
1.3	Problema e objetivos da pesquisa	15
1.4	Revisão literária	16
1.5	O que está por vir.....	19
	Capítulo 2 - Odisseia	20
2.1	Racismo institucional no mundo	23
2.2	A Escravidão nas Américas (racismo institucional).....	25
2.3	Racismo no Brasil	30
2.4	Racismo na Bahia	36
2.5	Racismo no Baixo sul.....	39
	Capítulo 3 - Caminhos e descaminhos	43
3.1	A inquietação para a pesquisa	43
3.2	Técnica de pesquisa, apresentar os sujeitos e o locus de pesquisa	45
3.3	O papel do investigador	49
3.4	Metodologia e o processo para recolha os dados	50
3.5	Análise de dados dados	52
	Capítulo 4 - Nada do que foi será... ..	56
4.1	Novos contextos para a pesquisa e intervenção	56
4.2	Brasil, pandemia e racismo	58
	Capítulo 5 - O preto no preto	61

5.1 Interpretações: aprofundamentos e alargamentos dos dados	66
5.2 Levantamento de palavras-chave.....	70
Capítulo 6 - Semente do amanhã	77
6.1 O mestrado profissional e o produto.....	77
6.2 O produto	77
Considerações finais	86
Referências Bibliográficas.....	88
Apêndice A	92

1- Introdução

Este capítulo é dedicado à introdução do tema. Aqui serão tratados sobre a justificativa, objetivos, problemática e revisão literária. Ainda como componente introdutório, trataremos aqui acerca do racismo.

O racismo, embora centro de várias discussões acadêmicas e também do senso comum, se coloca com um tema polêmico. A temática que envolve o racismo, principalmente em países que têm em sua historicidade a herança escravocrata, suscita um passado doloroso regado por muitas desigualdades e que na maioria desses países repercutem até os dias atuais.

Indo ao encontro de discussões sobre o racismo mais atuais, temos o professor e advogado Silvio de Almeida (2019, p.22), que define racismo da seguinte maneira

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (grifo do autor)

Almeida ainda define o racismo em três instâncias importantes, são elas: individualista, institucional e estrutural. Assim, ele define os três tipos de racismo.

O racismo individual

[...] é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. (ALMEIDA, 2019, p.25)

Mais adiante, Almeida define o racismo institucional, afirmando que:

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça[...] (ALMEIDA, 2019, p.25-26)

Como terceira dimensão do racismo, Almeida define o racismo estrutural (que dá nome ao seu livro que trata sobre a temática), assim ele apresenta:

Entretanto, algumas questões ainda persistem. Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões

racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p.31)

Silvio de Almeida discute o racismo estrutural em seu livro que leva o mesmo nome desse tipo de racismo, partindo da discussão de racismo estrutural, enfatizando a participação do racismo institucional para a disseminação e engrenagem do racismo estrutural na vida cotidiana.

1.1 Motivação para o estudo

O tema racismo institucional tem relação direta com os contextos vividos pela autora, durante o período de graduação. Nessa fase foi interessante perceber o quanto o racismo está presente em diversos ambientes, sendo ele sorrateiro¹ e sutil². Como exemplo, ele está nos ambientes de trabalho, escolas, ambiente jurídico e repartições públicas. Com o tempo e a maturidade que a academia e experiências de vida cotidiana me proporcionaram, percebi e senti na carne as teias do racismo institucional dentro da universidade, que se autointitula participativa e inclusiva.

No ano de 2018, durante o Acampamento Regional do Movimento Social Levante Popular da Juventude, conheci uma representante do Baixo Sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI). Começamos a conversar sobre a

¹Campos (2017) aborda o racismo sutil ao fazer aproximação de três dimensões (dimensão ideológica, dimensão individualista e dimensão estruturalista), sendo possível observar a existência do racismo sutil tanto na abordagem individualista quanto na abordagem estruturalista, esta última abarcando instituições.

² Ver em CARMICHAEL; S. **O poder negro**. in PEREIRA (org). **O poder negro. 2º ed.** Belo Horizonte: Nadyala, 2018.

BSRCRI e a necessidade de luta em prol do combate às formas de racismo e, principalmente, o racismo institucional. A partir daquele momento, ela me convidou para a contribuir na construção do BSRCRI.

A discussão do racismo institucional agrega valor na trilha do conhecimento e na práxis, quando movimentos sociais voltados para questões étnico-raciais no Baixo Sul Baiano contribuem com a reflexão de práticas discriminatórias contemporâneas. A pesquisa nessa temática é de fundamental importância no sentido de agregar ao BSRCRI o arcabouço necessário para o valoração da discussão e o combate prático a este tipo de racismo.

Levantar e discutir questões como a (in)visibilidade e a real situação em que os negros e negras foram colocados dentro da sociedade do Baixo Sul Baiano torna-se necessário diante da naturalização (institucionalização) do racismo, até pelas próprias repartições públicas e espaços de poder. Essa institucionalização ocorre quando esses espaços se negam a problematizar/ resolver questões ligadas a esses grupos, sendo que essa negação da problematização da situação do povo negro é identificada como racismo institucional definido pela primeira vez por Carmichael e Hamilton (CARMICHAEL e HAMILTON *apud* CAMPUS 2017, p. 9), quando eles assim afirmam:

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam crianças negras, esse é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando na mesma cidade – Birmingham, Alabama – 500 bebês negros morrem cada ano por falta de uma alimentação adequada, vestimenta, dormitório e facilidades médicas adequadas, e milhares além desses são destruídos ou fisicamente, emocionalmente ou intelectualmente mutilados por causa das condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, isso se dá em função do racismo institucional.

Diante dessa definição, o presente estudo traz como inédita a discussão do racismo institucional no território do Baixo Sul Baiano, abrindo portas para outras pesquisas que desejam discutir questões de raça ligadas a este território através desta dissertação e de um produto que nascerá da intervenção proposta pelo Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES).

1.2. Pertinência do estudo para uma intervenção

A palavra ciência tem origem no verbo latim *Scire*, que significa aprender, conhecer (GIL, 2002, p. 17). Partindo desse princípio, toda e qualquer atividade humana envolve o processo de aprender ou conhecer algo. Podemos afirmar isso pela existência de espaços diversos de aprendizado (formal, não-formal e informal) que permeiam o desenvolvimento do ser humano desde seu nascimento até a morte.

Sendo assim, ciência se diferencia das outras formas de conhecimento em decorrência dos critérios científicos para o acesso ao conhecimento, ou seja, o fazer científico baseia-se em métodos e técnicas bem traçados. Assim, o cientista “é quem duvida do que vê, se diz, aparece e, ao mesmo tempo, não acredita poder afirmar algo com certeza absoluta” (PRODANOV, 2013, p.16)

A atividade realizada pelos cientistas para a elucidação dos questionamentos/ problemas levantados é a pesquisa científica como

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas que são propostos. [...] A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. (GIL, 2002, p. 17)

A pesquisa científica torna-se relevante, pois é uma forma de ir além do que é definido como senso comum. É a busca por uma sistematização do saber em que algum fenômeno vai ser entendido sistematicamente.

Traçando uma linha transversal entre a pesquisa e o processo de intervenção, pode-se destacar o envolvimento que o pesquisador tem com o ambiente de construção das informações. A intervenção é mais do que promover uma ação, pois, como já dito, a ciência deve ter métodos e rigor, assim, a intervenção realizada em um processo de pesquisa deve ser planejada rigorosamente e metodicamente.

Buscando a resolução de uma problemática do grupo BSRCRI, o presente trabalho visa a um estudo colaborativo. Nesta abordagem, o pesquisador tem uma escuta sensível das problemáticas a partir das falas do grupo pesquisado.

Ao final desta pesquisa, há um impacto acadêmico e também um impacto social em que ambas as dimensões saem fortalecidas, estando, dessa forma, a

academia cumprindo seu papel fora dos muros da universidade e buscando intervir diretamente com e para a comunidade.

1.3. Problema e objetivos da pesquisa

Foi implantado no território de identidade Baixo Sul da Bahia o BSRCRI. O BSRCRI visa à discussão do tema e ao combate deste tipo de racismo, principalmente, nas instituições públicas deste território. De 2017, ano que o BSRCRI foi implementada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) no Baixo Sul Baiano, foi notada a dificuldade de inserção do assunto nas instituições públicas dos 15 municípios que compõem o território, de forma que houve a negação da discussão da problemática por parte dos gestores públicos.

Diante da dificuldade de penetração em espaços institucionais públicos, o BSRCRI resolve então passar a fazer formações na base, ou seja, formar a sociedade civil de forma que eles consigam identificar e juntos criar mecanismos de combate ao racismo institucional.

Para o levantamento do problema da pesquisa, foram realizadas duas reuniões com o grupo BSRCRI. Nessas reuniões foram levantadas, junto aos membros, através de uma árvore dos problemas, as principais problemáticas que rodeiam a temática Racismo institucional no Baixo Sul Baiano. A árvore dos problemas faz parte do método zopp que consiste na elaboração da árvore dos problemas e a árvore das soluções, a escolha desse método para a coleta de dados foi escolhida por possibilitar ao grupo, de forma democrática, a visualização dos principais problemas acerca da temática central e a posterior solução do mesmo de forma bem amarrada.

O método zopp fez parte da organização do plano de ação a ser desenvolvido de acordo com o projeto de pesquisa interventiva que tem o título “racismo institucional: o combate em rede no baixo sul baiano”. A escolha do método citado foi essa, pois ele orna com variados tipos de projetos que visem à participação de grupos na construção horizontal. (FAQUIM; BUIATT; FRAZÃO. 2018)

O zopp começa nos anos 80, sendo desenvolvido por uma empresa alemã. Este método visa de forma democrática à delimitação de um problema e organização do que são problemas principais e secundários, suas causas e efeitos

e formas de solucionar os problemas mapeados pelo grupo. Desse modo, o método possibilita ao grupo um mapeamento mais concreto do que seria a causa dos problemas de forma conjunta, construindo assim uma árvore dos problemas. (FAQUIM; BUIATT; FRAZÃO. 2018)

Diante do levantamento de dados, proporcionado pelo método zopp, surge o objetivo da pesquisa, que se coloca da seguinte maneira: potencializar espaços de compreensão e superação dos aspectos do racismo institucional a partir da perspectivas do Baixo sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI).

Para tal demanda, o principal desafio da BSRCRI é a sistematização de conhecimentos acerca da temática para a compreensão do racismo institucional naquele contexto e que esses conhecimentos tornam-se práticos na luta antirracista. Diante das demandas do BSRCRI, apresenta-se a problemática: como solucionar o desconhecimento sobre o racismo institucional no baixo sul baiano?

1.4. Revisão literária

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), foi feito o levantamento de teses e dissertações que tivessem no título os seguintes eixos: racismo institucional, com o resultado de 16 trabalhos. Quando pesquisado “racismo institucional” em títulos de trabalhos, apenas 1 foi encontrado. Quando feita a busca de “racismo institucional no baixo sul baiano”, nenhum trabalho foi encontrado. Quanto aos critérios para levantamento do estudo bibliográfico, foram utilizados os marcadores entre 2015 e 2019 e que tivessem em seu título a temática “racismo institucional”.

Antes de iniciar a revisão literária, é importante uma definição de racismo institucional. Para a definição de racismo institucional, Almeida (2019, p. 40) discorre

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parametros discriminatórios baseados na raça, que serve para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo torne-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio do homem branco em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em

que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

O entendimento de Almeida (2019) se afina com o entendimento de racismo institucional tratado neste trabalho, entendendo o racismo como algo que agrega para regras e a naturalização de espaços sociais destinados às raças não brancas.

Para discorrer a revisão literária acerca da temática da presente pesquisa, foram levados em conta dois trabalhos que são voltados para o racismo institucional, como critério para a escolha dos trabalhos. Foi adotado o que mais se aproxima da temática, ou seja, racismo institucional.

A primeira pesquisa da revisão literária é a tese de José Renato Sant'Anna Porto (2016) que aborda uma perspectiva de construção do território baixo sul através de ações da iniciativa pública e iniciativa privada. Porto (2016) discute o desenvolvimento do território baixo sul a partir de ações implementadas tanto pelo poder público como por instituições privadas existentes no território e reverberar essas ações naquele contexto.

Inicialmente, Porto (2016, p. 26) relata que tinha foco apenas em estudar sobre agricultura familiar “organizado[a] a partir da política de desenvolvimento territorial e das organizações da agricultura familiar”. Porém, ao adentrar e sentir o ambiente onde seria realizada a pesquisa, ele percebe que a organização do território tem outras vertentes de organização, tais como: a iniciativa privada com a Fundação Odebrecht e políticas de fortalecimento do turismo.

Estas duas vertentes adicionais visualizadas pelo pesquisador no território baixo sul baiano têm grande relevância para a configuração de que tipo de relações se definem neste território, desde sua configuração até a sua utilização no cotidiano da população. Na tese em questão, o ponto que chama atenção é a intercessão entre relações de poder institucional na região do baixo sul baiano e principalmente as tensões acerca do desenvolvimento do turismo em comunidades remanescentes naquele território, tais como quilombos, comunidades pesqueiras e indígenas.

A proximidade entre o tema aqui trabalhado e a tese de Porto (2016) é que ambas pesquisas são desenvolvidas no Baixo Sul Baiano, mas também por discutir relações institucionais neste espaço e seus impactos na reprodução da vida social. Ele discorre sobre as relações com a ocupação histórica das terras do baixo sul

baiano e os arranjos políticos que regem essas formas de produção e projeção do território onde a cultura do cacau foi a forma econômica e política que regia este território.

O referido autor, no seu levantamento histórico acerca do baixo sul baiano, salienta ainda a relação entre a população negra escravizada desde o século XVI neste território e a construção de quilombos e posteriormente de pequenos agricultores familiares e a importância disso até os dias atuais.

O segundo trabalho foi escolhido buscando o tema “racismo institucional”, levando em conta a discussão direta deste tipo de racismo, visto que o tema ainda não foi discutido em trabalhos acadêmicos sobre o Baixo Sul baiano. Foi escolhida a dissertação “*Acesso restrito*” análise do racismo institucional em unidades de saúde pública em Crato-CE (2016), da pesquisadora Hayane Mateus Silva Gomes. Em sua pesquisa, Gomes (2016) traz à tona relações baseadas no racismo institucional que ocorriam no sistema de saúde pública na cidade de Crato – CE.

Outros trabalhos que abordam racismo institucional foram encontrados através do BDBTD. Dentre os 16 trabalhos, estão: *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*, tese escrita por Márcia Campos Eurico (2018); *A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai : a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior*, tese defendida no ano de 2019 por Antônio Gomes Costa Neto.

Gomes (2016) aproxima a temática racismo institucional com a área da saúde, abordando o conceito de racismo institucional ligando o fracasso das instituições em lidar com diferenças ao atendimento do sistema de saúde de Crato-CE. A autora também enfatiza a importância que as instituições têm na perpetuação do racismo, visto que as instituições têm o poder de regulação das formas as quais a sociedade se comporta e rege a vida cotidiana.

O trabalho de Gomes (2016) alinha-se a esta pesquisa a partir da discussão do tema “racismo institucional” e as formas como este reverbera nos espaços onde se insere, buscando enfatizar como esse tipo de racismo impacta na vida de pessoas e as discrimina negativamente e as priva de direitos básicos.

Esta dissertação traz como problemática a discussão e a intervenção em questões do racismo institucional no território do baixo sul baiano, através do BSRCRI, tendo como objetivo geral: potencializar espaços de compreensão dos aspectos do racismo institucional a partir da perspectivas do Baixo sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI)

Como objetivos específicos que possibilitam o cumprimento do objetivo geral, os seguintes pontos:

- Levantar as características do racismo institucional presentes na região do baixo sul baiano;
- Elaborar material institucional para formação de gestores públicos da rede Baixo Sul;
- Contribuir para a formação de componentes da rede para a realização dos cursos, seminários e palestras, utilizando o material de apoio confeccionado;
- Estruturar o processo de formação dos participantes do BSRCRI.

1.5. O que está por vir

Este trabalho se subdivide em 6 capítulos, buscando o desenvolvimento das discussões sobre o tema. No capítulo 2, revisão literária composta por um apanhado histórico do racismo no Brasil, na Bahia e no Baixo Sul Baiano, destacando a historicidade do povo negro nesses espaços. No capítulo 3, será tratado sobre os caminhos metodológicos pelos quais a pesquisa vai se desenvolver, destacando a afinidade dos métodos adotados, sujeitos envolvidos e a temática pesquisada.

No capítulo 4, são discutidos os novos contextos de pesquisa no contexto pandêmico; o capítulo 5 trata sobre a análise de dados, capítulo 6 discorre sobre o produto da pesquisa e, ao final, considerações finais.

Capítulo 2 - Odisseia

O termo raça tem origem italiana *razza*, que por sua vez tem origem no latim *ratio*, que significa categoria e espécie, *ratio* foi cunhado pelo naturalista Carl Van Linné, ele utilizava o termo na classificação de plantas em suas pesquisas. (Munanga, 2014)

A história do racismo contada na maioria das pesquisas acadêmicas têm foco nas épocas situadas entre o século XV e XVI até os tempos atuais graças ao processo de eurocentrismo que nasceu nesta época e marca a intensificação da escravização dos povos africanos.

Entendia-se que o racismo, especificamente a partir do século XV, era a sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou, pela primeira vez, em contato com eles. (WEDDERBURN, 2007 p.10)

Neste trabalho (Racismo Institucional: o combate no Baixo sul Baiano) a ideia, em primeiro momento, é historicizar o racismo presente desde o período da Antiguidade, buscando episódios de racialização de povos anteriores as conquistas territoriais, realizadas pela Europa, e que causaram divisões importantes e marcantes até os dias atuais.

Para tanto, temos que nos reportar ao nascimento da humanidade, o princípio da caminhada do ser humano na terra. A espécie humana nasce na mãe África há, aproximadamente, 25 milhões de anos, como explica Fonseca (2013, p.13)

[...] O processo de hominização passa pelo surgimento há 25 milhões de anos dos pongídeos, de cuja família faz parte na atualidade chimpanzés (e bonobos), gorilas e orangotangos, com os quais partilhamos de 96% a 99% do DNA. Os australopitecos pertencem a família dos homínídeos extintos e viviam entre 5 e 2 milhões de anos atrás. Foi encontrada razoável quantidade de fósseis deles, incluindo a famosa “Lucy” (*Australopithecus Afarensis*), que viveu na Etiópia há 3,2 milhões de anos, e o *Australopithecus Ramidus*, 4,4 milhões de anos. [...]

Segundo Wedderburn (2007), a descoberta do surgimento da vida em África foi discutida pela primeira vez pelo antropólogo espanhol Gervásio Fournier-González (1901) *La Raza Negra es la más Antigua de las Razas Humanas* (A Raça

Negra é a mais Antiga das Raças Humanas), e ainda segundo Wedderburn (2007, p.24)

Cabe ressaltar que Fournier tentou demonstrar esse fato no momento em que a colonização do continente africano iniciava-se e num período em que, nas Américas, os descendentes da África acabavam de emergir de três séculos de escravidão. É por essa razão que essa obra tão presciente foi amplamente ignorada quando publicada, apesar da notoriedade do seu autor, e continua sendo até agora.

O soterramento das obras de González demonstra que naquele período já existia uma história da origem do homem hegemônica (religiosa e que reforçava valores sociais e econômicos) e que em nada condizia com a trazida por ele naquele livro, pois a discussão de González torna-se contra-hegemônica, que tirava a Europa do protagonismo construído por ela própria.

Diante da publicação de González em 1901 e sua descoberta de que o gene humano é único e nasce em África, fica a questão: como o ser humano chega aos demais continentes? Após o surgimento da família dos hominídeos entre 5 e 2 milhões de anos, surge a humanidade anatomicamente moderna por volta de 150 a 200 mil anos atrás e, em seguida, esses migraram para povoar o resto do continente, entre 80 e 100 mil anos atrás. (WEDDERBURN, 2007 p. 29)

A espécie humana passa por um longo período de transição até alcançar a condição de bípedes a partir da chamada teoria da savana que é marcada pela “[...] saída dos australopitecos da floresta em direção à savana [que] teria sido fundamental para o desenvolvimento da bipedalidade [...]” (Fonseca, 2013, p. 13)

Até aqui todos tinham a mesma tonalidade de pele, a partir do contato com outros ambientes climáticos e mudança na dieta, de acordo com o que tinha disponível naquele espaço, é que algumas mudanças ocorram. As mudanças ocorridas no fenótipo desses primeiros homens é o que mais tarde teria o papel de classificá-los em “raças” distintas.

A cor negra da pele que protegia o ser humano do alto grau de radiação ultravioleta nos trópicos passou a lhe ser desfavorável à medida que ele ocupava as regiões geladas do planeta. A pele negra não absorvia suficientemente os raios ultravioletas de forma a realizar a síntese da vitamina D, imprescindível para a absorção do cálcio no intestino e a boa

formação do osso; o uso de agasalho e possivelmente mudanças na dieta alimentar agrava ainda mais a situação. Os indivíduos que possuíam genes que ativam menos melanina – por conseguinte, mais claros – passaram a levar vantagem: a viver mais e a transmitir seus genes para maior número de descendentes. Logo, a seleção natural impôs o clareamento gradativo da pele, a fim de que houvesse um melhor aproveitamento do sol fraco dessa região na metabolização da vitamina D. (FONSECA 2013, p.27)

A mudança na pigmentação da cor da pele ocorre após todo o processo de evolução de base da espécie humana, sendo posteriormente apenas pequenas adaptações ao meio em que estavam. Essas adaptações do fenótipo em nada interferem nos genótipos, tal aspecto faz com que caia por terra a questão de “raças humanas”, ou seja, não existe uma diversidade de raças humanas.

As chamadas raças teriam surgido como respostas adaptativas aos diferentes meio-ambientes aos quais se viram expostos os *homo sapiens* enquanto migravam por todo o planeta. Dessa maneira, as populações leucodérmicas – brancos e amarelos – não poderiam ter surgido de outra forma senão como uma variação adaptativa das populações de pele escura. (WEDDERBURN 2007, p. 28).

Essa raça humana que surge na África migra para todos os continentes, fazendo então o desencontro dos homens, esses se adaptassem aos novos ambientes encontrados e se isolassem do seu grupo de origem, de forma que passassem a não mais se recordarem de uma diáspora originária no continente africano.

O primeiro continente a ser habitado pelos seres humanos, agora capazes de andar sobre duas pernas, com uma estrutura óssea, visão e habilidades manuais melhores, foi há cerca de 1,7 milhões de anos e essa foi realizada pelo *Homo Erectus*. A segunda diáspora foi realizada pelo *Homo Sapiens* há cerca de 100 mil anos. (WEDDERBURN, 2007)

A descoloração da pele negra de nossos antepassados ocorre quando estes alcançam as regiões mais geladas da Europa entre 15 e 25 mil anos atrás; a raça amarela surge mais recentemente entre 12 mil e 20 mil anos. No continente americano, a chegada dos seres humanos aconteceu há 12 mil anos, sendo essa

passagem possibilitada pelo estreito de Beriing quase a pés secos. (WEDDERBURN 2007)

Diante de tais informações, percebe-se que a dispersão da forma humana moderna, tal qual a conhecemos hoje, já estava completa antes da saída do continente africano, não sendo possível o nascimento de outras formas de vida humana em outras partes do planeta devido a questões climáticas. As questões climáticas e as variadas formas de adaptação ao meio favoreceram diferentes formas de fenótipos da espécie humana. A partir desses dados, surge a indagação: como começou o racismo?

2.1. Racismo institucional no mundo

A ideia de diferenças entre povos começa com as civilizações greco-romanas, consideradas o berço da civilização a partir de suas próprias experiências do que é ser civilizado. Ambas as civilizações marcam o início da diferenciação humana através, inicialmente, de características culturais, sendo essas diferenças a marca da expansão territorial destas civilizações na Europa, utilizando como principal justificativa para a escravização de povos rivais (até então brancos), sendo os povos dominados considerados “bárbaros”, “inferiores” e, por isso, naturalmente destinados à escravidão. (WEDDERBURN 2007, p.34)

Até então a diferença entre seres humanos era marcada não por uma diferença física, mas, sim, por diferença cultural. Neste período, um povo era subalternizado por outros que se viam como superiores. Esse fenômeno é conhecido como xenofobia e etnocentrismo. (WEDDERBURN 2007, p.35)

Com o tempo, a conquista pelos povos greco-romanos, de território, se estende até o continente africano e a xenofobia ganha as primeiras formas de uma suposta racial (racismo). Essa nova vertente de justificativa para a subjugação dos povos de pele escura pode ser notada nos escritos dos intelectuais da época que faziam questão de enfatizar a suposta superioridade dos povos brancos em relação aos outros. (WEDDERBURN, 2007, p.35)

Com um dos representantes intelectuais que enfatizavam a diferença racial e cultural foi o grego Aristóteles, que enfatizava a diferença natural entre escravos

e pessoas livres, sendo o primeiro condenado a ser escravo desde o momento de seu nascimento até a sua morte. Não só Aristóteles, mas vários pensadores da Grécia Antiga desenvolveram teorias que enfatizavam e tornavam válidas cientificamente, teorias que diferenciavam as pessoas entre superiores e inferiores. Sobre os posicionamentos de Aristóteles, Wedderburn (2007, p. 35) aponta que:

A Fisiognomica de Aristóteles (Cf: Evans, 1969), por exemplo, é racialmente determinista, fixando qualidades e defeitos morais do ser humano segundo critérios baseados puramente no fenótipo. Entre esses, “a cor demasiado negra é a marca dos covardes”, enquanto “a cor rosada naturalmente enuncia as boas disposições”. Nesse contexto, a designação genérica dos africanos como etiop (“cara queimada”) não pode ser esquecida.

Uma prática que até hoje ocorre e que sempre é relacionada ao dominador características que lembram força, coragem, bondade, salvação, paz, humanidade. Já as características negativas sempre estavam associadas às pessoas de pele escura. A legitimação dessa pseudo ciência foi construída e difundida como fisiognomia, que se ocupava no estudo de anatomia e fenótipo humano para determinar a personalidade. (SANTOS, 2005, p.59)

É importante pontuar que nestas civilizações existem, para além da divisão racial da população, a divisão de gênero sendo também associadas à mulher características de fragilidade, covardia e menor valor cognitivo, tendo assim como contexto da época um lugar onde apenas os homens brancos tinham importância e poder. (SANTOS 2, 2016, p.4)

Sendo os escravos duplamente condenáveis no “berço da civilização” por serem diferentes no fenótipo e culturalmente, eram considerados pelos pensadores da época como naturalmente escravos, condenados por ter nascido em determinados lugares e com determinadas características, tendo assim as marcas da condição de escravos ao nascer e não podendo se desfazer dela ao longo da vida, ou seja, nasceu escravo e será escravo para o resto da vida.

Na Roma Antiga ocorre a mesma construção sexista, xenófoba e também com marcas do início da divisão por raças que foi legitimada por filósofos da época como Pitágoras e Galeno. Essas duas sociedades (Roma e Grécia) marcam através dos escritos de seus pensadores (ciência) e de suas leis o nascimento do racismo e por que não dizer do racismo institucional. (WEDDERBURN 2007)

2.2 A Escravidão nas Américas (racismo institucional)

Para iniciarmos o assunto que dá nome a esta subseção, é necessário entrarmos em uma discussão acerca da exploração da escravidão negra para a obtenção de lucro, ou seja, o início do processo que conhecemos atualmente como capitalismo. Neste momento, iremos fazer uma confluência entre a escravidão e seu papel no desenvolvimento de sociedades capitalistas.

Como vimos até este ponto do estudo, as questões de raça desenvolvidas no mundo desde a Antiguidade baseavam-se nas diferenças xenófobas e só depois passaram a basear-se em segmentos de raça e racialização. Porém, foi o mundo árabe que iniciou um processo de venda em larga escala de mão de obra escrava negra, alicerçado em bases científicas-religiosas e, com isso, um processo de acumulação de riquezas, afinal o mundo precisava de uma mão de obra barata e que garantisse o máximo de lucro possível. (WEDDERBURN 2007, p. 57)

Diante da experiência muçulmana na obtenção de lucro e do comércio fora de seus limites geográficos, os europeus adotam o sistema de acumulação de riquezas através de conquistas territoriais e subjugação de outros povos para atender as necessidades de seu povo. (WEDDERBURN 2007, p. 68)

Segundo Eric Williams (1975), as bases do desenvolvimento econômico e também do capitalismo foi o roubo cometido por parte da Europa aos continentes africano e americano. A partir do acúmulo econômico proveniente do saque das riquezas destes continentes, foi possível o financiamento de uma hegemonia europeia.

A mais importante delas é que a gênese do capitalismo, longe de obedecer a uma sequência lógica de mudanças econômica endógenas no Ocidente, foi produto de um assalto cometido contra todo um continente pela Europa Ocidental, ávida por mão-de-obra escrava de além mar, num momento em que a escravidão de europeus pelos europeus, há muito tempo, havia desaparecido na Europa. (WEDDERBURN, 2007, p.97)

Mas, por que só a Europa foi capaz de conseguir tal façanha? Por que o capitalismo, tal qual conhecemos o resultado de sua evolução hoje, é fruto da Europa? Weber, em seus escritos, destaca um forte fator para que esse fato tenha acontecido apenas na Europa e não entre os muçulmanos (responsáveis pelas

primeiras formas de acumulação financeira), foi na Europa que se deu a separação entre Estado, religião e capital.

Max Weber indicou esse fato claramente em *A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo*, quando mostrou como a Reforma, e a subsequente queda do poder total da Igreja, abriu uma grande porta, que liberou a sociedade de certos constrangimentos em relação ao lucro. Até então, o afã de lucro a toda custa, fenômeno que define o perfil capitalista, não gozava de aprovação nas sociedades dominadas pelo Catolicismo. A retirada desse freio específico, disse Weber, criou a brecha pela qual entraram as práticas que conduziram ao capitalismo na sua forma industrial. (WEDDERBURN, 2007, p.113 - 114)

O grande marco do desenvolvimento da sociedade europeia foi, portanto, a apropriação através de violência de outros povos e a diminuição do poder da igreja sobre o Estado e o capital. Esse fator importante não teria ocorrido com os árabes, por exemplo, pois a religião determinava muitas regras e dispositivos de limite ao homem naquela sociedade e época.

A suposta chegada do primeiro homem branco na América ocorrida em 1492 por Cristóvão Colombo a serviço da Espanha foi de fato um grande marco da história mundial, pois tal episódio traria consequências que até hoje são sentidas pelos povos que foram envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de expansão dos domínios políticos, culturais, econômicos e ideológicos, resultantes dessa descoberta (LÓPEZ, 2006, p.5).

Como já mencionado no parágrafo anterior, a Espanha foi responsável pela descoberta do novo mundo, no entanto, Portugal reivindicava junto à igreja o direito de também possuir aquelas terras, mediante documento que comprova o direito pelos povos infiéis.

[...] os povos dominadores conseguem artifício com os quais justificam a exploração, inclusive com a instituição da escravidão, em âmbito religioso e legal. por exemplo, uma bula papal de 1445 já autorizava a nação portuguesa a reduzir a servidão todos os povos infiéis. E quem eram esses povos? Eram todos os que não estavam de acordo com as diretrizes da igreja e do colonialismo de então. *Por isso, foram coisificados e transformados em estigma de deslealdade, vítimas formadas das chamadas sociedades mestiças ardilosas e habilmente elaboradas na Europa como forma de justificar a partilha da África e da própria América* (SILVA, 2009, p. 68, 69. Grifo meu)

Porém, a história da América não fica só na partilha entre Espanha e Portugal, outros países entraram na disputa, tais como Inglaterra, França e Dinamarca, sendo desconsiderados tanto a decisão do Papa quanto o acordo firmado entre Espanha e Portugal pela partilha das terras.

Após as devidas partilhas realizadas, o novo mundo precisava de mão de obra abundante, visto que se tratava de um vasto território e que deveria oferecer a suas metrópoles o máximo de lucro possível. No princípio, a mão de obra disponível eram os chamados aborígenes (índios) que já habitavam aquela terra. Os índios eram os “infiéis”, descritos pela igreja na bula papala mencionada anteriormente, e que poderiam ser escravizados pelos colonizadores.

Diante do processo ao qual os europeus chamaram de processo civilizador, na verdade se deu um processo de dominação. “Por trás desse belo discurso e dessa boa intenção, a Missão Civilizadora tinha como verdadeira intenção a dominação [...] escondia os verdadeiros motivos: a dominação política do outro pela invasão do seu território, a exploração econômica de suas riquezas naturais e a sujeição cultural que pretendia substituir as culturas, religiões e visão de mundo dos povos indígenas por outros considerados melhores e superiores.” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.15)

A escravidão indígena, no entanto, não rendeu frutos tão lucrativos aos novos donos das terras recém conquistadas e, para justificar a não adaptação dos “aborígenes” à posição de escravo, foi dito que o índio não tinha tanta força física quando na verdade os índios americanos foram resistentes ao processo de desumanização imposto pelo colonizador. (SILVA, 2009, p.)

Todavia, essa suposta ineficiência para o trabalho não representam a verdade histórica. Acontece que o colonizador esbarrava na resistência tribal do índio, que jamais entregou fácil a sua terra, terra, aliás, que nunca foi livre. O que é certo é que o índio nunca aceitou ser escravizado em sua terra. Os exemplos que mostram a sua luta são inúmeras, tratando-se, portanto, de uma rebeldia legítima e que nunca significou incapacidade para o trabalho.[...] (SILVA, 2009, p. 159)

A chegada nas Américas proporcionou à Europa, mais especificamente à Inglaterra um impulsionamento de sua economia, tornando-a um lugar propício para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

No seu processo de acumulação de riquezas, através de suas colônias, foi empregado nas Américas um sistema de envio de servos brancos para as produções (cana de açúcar, fumo e algodão) existentes naquele continente, o sistema de deportação de servos tinha relação com o sistema judiciário. Nesse sistema, o preso poderia substituir a pena por um período de servidão no novo mundo. Com o tempo, esse sistema de substituição de pena tornou-se um grande comércio de servos para o novo mundo que envolvia juízes, carcereiros e políticos. (WILLIAMS, 1975, P.13-14)

A travessia desses servos em uma viagem de cinco semanas e meia se assemelhava bastante à travessia enfrentada pelos escravos africanos e a vida dos servos naquele continente também se parecia ao regime de escravidão, sendo estes reduzidos a objetos pertencentes aos donos de grandes terras.

Mesmo tendo grandes semelhanças com relação à forma de tratamento entre o sistema de servidão e escravidão, é importante salientar que os dois são diferentes, pois o escravo era escravo por toda a vida, sendo seus descendentes herdeiros da condição de escravos, enquanto o servo tinha a condição de servidão por um período pré-estabelecido e não passava essa condição para seus descendentes e, ao fim de seu contrato, recebia uma porção de terra de onde tirava seu sustento. (WILLIAMS, E. 1975)

Com o tempo, a importação de servos passou a diminuir e os servos que estavam no novo mundo passaram a conquistar sua liberdade, a partir daí começou a introdução de povos escravizados trazidos do continente africano.

Alguns autores defendem que foi a partir daí que começou a história do racismo, endossando o discurso de que o racismo é fruto da escravidão. Para respaldar a ideia de que escravizar um africano era economicamente mais vantajoso, era dito que o continente encontrava-se mais próximo e dispunha de uma enorme população para ser escravizada. Williams, E. (1975, p. 11) discorre:

A escravidão nas Antilhas tem sido muito estreitamente identificada como negra. Deu-se como consequente, uma deformação racial ao que é basicamente um fenómeno económico. A escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão.

[...]

Aí, então, é que está a origem da escravidão negra. A razão foi económica, não racial; não teve relação com a cor do trabalho, mas com o baixo preço do trabalho. Em comparação com a mão-de-obra indígena ou branca, a escravidão negra era eminentemente superior. [...] As feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características suburbanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão-de-obra e recorriam à mão-de-obra negra porque era mais barata e melhor. Isso não era uma teoria, mas uma conclusão prática deduzida da experiência do plantador. Ele teria ido à Lua, se necessário, em busca de mão-de-obra. África era mais perto do que a lua, mais perto também do que os países mais populosos da Índia e China. (WILLIAMS. 1975, p. 24, 25)

Em contraponto à ideia defendida por Williams, podemos citar o autor Martiniano José da Silva (2009) quando ele escreve:

[...] as ideologias dominadoras eur-ocidentais têm conseguido se dissimular nas mais levianas táticas e estratégia. Como, por exemplo, o seu pertinaz e obstinado desejo de ocultar ao Novo Mundo, bem como às suas matrizes europeias, a inegável existência das raízes históricas do racismo, especialmente em seu modelo luso-brasileiro. Dentre vários critérios justificadores dessa tática, existem os estudos comparativos realizados por pesquisadores sul-americanos e, sobretudo, ensaios publicados por norte-americanos que, aliás, se ampliam dando origem a sistemas racistas e a uma série de modalidades de historicismo: Eric Williams, por exemplo, em seu clássico *Capitalismo e Escravidão* (1964), diz que a escravidão não nasceu racismo; ao contrário; o racismo é que foi consequência da escravidão, aí alimentando a tese de alguns historiadores segundo a qual a questão “do negro” no Brasil seria somente socioeconômica e não racial [...] (SILVA, 2009, p. 66)

Ele ainda continua:

À luz desse raciocínio, as raízes históricas do racismo antecedem o regime escravocrata e a sociedade de classes. Já podem ser localizados na decisão de utilizar o negro africano para colonizar o Novo Mundo. A partir do século XV, a expansão do mercantilismo se apoia na dominação do homem pela diferença de cor da pele, o que é um dado racial com raízes mais antigas, provando que o racismo não decorre somente do interesse econômico. O dado econômico é subjacente: a motivação foi a acumulação do capital. Mas a esse dado ideológico novo: o homem africano vira escravo por ser um homem diferente [...] (SILVA, 2009, p. 69)

É realmente muito interessante o entendimento de que a colonização do continente americano tenha representado um marco tão importante e talvez por isso que a história que envolva as questões de raça sejam contadas a partir da perspectiva eurocêntrica, evidenciando que a escravidão de índios e negros não passou de um detalhe de economia, desconsiderando todo o acúmulo de tentativas de eliminação daquele povo e que também foi uma justificativa eficaz para a subjugação e destruição de nações tanto em África quando nas Américas.

Diante disso, entende-se que a escravização ocorrida nas Américas tenha sido baseada em fundamentos econômicos, mas não foi uma escolha aleatória os povos africanos como alvo desse processo, esta escolha tem fundamentos históricos, culturais, ideológicos, religiosos e legitimados de forma institucional como verdadeiro.

2.3 Racismo no Brasil

O Brasil foi supostamente descoberto em 22 de abril de 1500, sendo o processo de expansão desta porção da América semelhante às ocorridas em outras partes deste continente. Também no Brasil a exploração de mão-de-obra para a extração de riquezas naturais iniciou-se pelos nativos que aqui estavam. Com o tempo, a quantidade da população indígena foi reduzida por conta de doenças e através do processo de resistência (fugas e lutas) dos índios ao processo de desumanização imposto pelos invasores. (MUNANGA; GOMES, 2016, p.16)

A escravidão indígena foi substituída pelo lucrativo sistema escravista dos negros africanos, pois essa modalidade de escravidão além de proporcionar, em tese, um trabalhador mais resistente ainda movimentava o tráfico que oferecia lucro à Europa (WILLIAMS, 1975, p.38). No Brasil, o tráfico negreiro resultou na vinda de um número em torno de 3,9 milhões de pessoas que teriam como destino o trabalho forçado em lavouras de cana de açúcar, fumo, algodão, café e, posteriormente, nas minas.

O espaço social do negro no Brasil não se diferenciava do papel social que este ocupava no resto da América; eles (os negros) eram impedidos de acesso ao que hoje definimos como direitos básicos, tais como: educação, saúde, moradia, emprego, lazer e igualdade. O(a) negro(a) trazido(a) para o Brasil foi colocado(a) na categoria de propriedade.

O pós-abolição não representou para a população negra do Brasil necessariamente liberdade e presságio de dias melhores, visto que esta população já havia passado por 300 anos de segregação. Objetificados durante os 300 anos, eles foram considerados passíveis de ser vendidos e armazenados pelos seus senhores, os negros após alcançarem o *status* de pessoas, continuaram a ser discriminados negativamente pela sociedade brasileira.

Treze de maio
traição, liberdade
sem asas e fome sem
pão (OLIVEIRA
SILVEIRA)³

O racismo no Brasil, como no mundo, ganha tons institucionais pela via da ciência (uma pseudo-ciência) e das instituições que regulam a convivência nacional, pois essas instâncias naturalizaram a prática de exploração. O país, mesmo tendo passado por um processo de exploração de mão de obra escrava e tendo sido o último país do novo mundo a abolir seus escravos, foi responsável por

[...] 40% do total de nove milhões e quinhentos mil escravos transportados para o Novo Mundo: nove vezes mais que os Estados Unidos (6%) e bem mais que o dobro da América Hispânica (18%), do Caribe Inglês (17%) e do Caribe Francês (17%). (SILVA, 2009, p. 62)

A vida da população negra no Brasil foi marcada todo tempo pela exclusão do status de humanidade, para tanto, a legislação teve papel fundamental na criação do imaginário social. A legislação do século XIX, por exemplo, não permitia que escravos frequentassem a escola (BARROS. 2016). A criminalização da capoeira e das rodas de samba também são marcas de um Estado que cunhou sistematicamente a exclusão de uma grande porcentagem da população. (MUNANGA. GOMES; 2016, p.158)

³ SILVEIRA. **Treze de maio**. Disponível em: < <http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/atores/11-textos-dos-autores/848-oliveira-silveira-treze-de-maio> >. Acesso em 01 de jun. 202.

O pós-abolição se tornou um momento quando o Estado brasileiro tomou a frente no processo de implantação de políticas racistas que se encarregam de manter a população negra no “seu lugar”, ou seja, em um lugar socialmente escolhido e subalternizado.

Como marcas atuais da ação da leis contrárias aos direitos dos negros, temos a associação da pele escura à criminalidade, à pobreza, aos subempregos, à falta de escolaridade. Como resultado de tantas contextos ruins ligados à população negra, tem-se como saldo dados que retratam o extermínio da população negra ou a inclusão destes no mapa da fome.

O que ocorreu no Brasil nada mais foi do que o camuflamento das relações racistas existentes, o jeitinho brasileiro de dissimular as desigualdades decorrentes de um passado atrelado à escravização de milhões de pessoas. Como saldo desse passado, tem-se atualmente o que se pode chamar de a cor do trabalho braçal, a cor dos presídios, a cor das vítimas de homicídio e dos que ocupam favelas e os menores níveis de escolaridade.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denominada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”⁴ realizada em 2019 traz dados relacionados violência, emprego, renda, entre outros e assuntos, apontando para diferenças drásticas entre negros e brancos em todas essas áreas. Pode-se perceber que mesmo a população negra do país representar a maioria segundo o IBGE, que divulgou que a população brasileira que se auto declarava preta ou parda chegava a 55,8%, ainda somos minorias quando se trata de qualidade de vida e respeito aos direitos humanos.

Por mais que se acreditasse que no Brasil existisse racismo, este era classificado por diversos autores como uma forma menos agressiva, essa ideia surge a partir de comparação das formas de racismo praticadas no Brasil, denominado preconceito de marca, e os episódios de *apartheid* ocorridos nos Estados Unidos e na África do Sul tidos como uma forma extrema de segregação.

⁴Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>

[...] Na vã tentativa de inocentar de vez a supremacia branca do latino, a técnica mais usada foi a do confronto histórico, conforme já escrevemos, passando a comparar o preconceito brasileiro com os dos tipos norte-americano e sul-americano, por exemplo, onde o povo negro, em qualquer interação social diante do branco, é odiado e continua implacavelmente repudiado, na condição de negro ou no “status” de qualquer “afro-americano” e “correlativos”, fato que seria bem diferente do sul-americano, estilo à brasileira, porque o preconceito aqui só existiria exclusivamente em seu modelo estético, aparentemente benéfico, já categorizado no ambiente acadêmico como de “marca”. Quer dizer: a recusa seria somente ao elemento físico, “à cor”, ao fenótipo. A origem estaria salva! É como se a essência do pensamento racista americano e brasileiro, nesse particular, não fosse a mesma, a bem dizer, idêntica, embora perante histórias e formações culturais distintas. (SILVA, 2009, p. 58)

Diante dessa dissimulação do racismo travestido de preconceito de marca, vemos, ainda hoje, a elite branca e dominante escrevendo as linhas da história brasileira e criando uma ideologia que mantém seus postos de poder e dominação da população negra do país.

A partir de tal perspectiva é importante salientar que o racismo, independente da forma pela qual se apresenta (voltado para o fenótipo ou genótipo), tem sempre o mesmo fim, ou seja, tem como objetivo principal o extermínio de determinado segmento étnico-racial considerado inferior por questões genéticas, de características físicas e culturais; tomando as palavras de Silva (2009, p.60) que discorre sobre a letalidade do racismo em qualquer lugar:

Estamos vendo como o racismo- que é toda uma meta de destruição global de um povo – no Brasil, onde mesmo disfarçado de democracia racial, deixando suas mais icônicas características, impondo título a este livro (1985) [racismo à brasileira] também atinge mesmo lentamente, os seus cruéis objetivos, [...] ainda pelo fato do nosso “racismo” não ser menos perigoso, nem menos odioso, do que o que é declarado em certos países, pouco importando, portanto, a sua forma disfarçada e hipócrita, nem a acadêmica e oficial alegação de que no Brasil “não existiram campos de concentração”, pogroms ou extermínio premeditado de judeus índios, negros ou ciganos (carneiro, 1994, p.7), se o objetivo do racismo “à brasileira”, como já exposto, é o mesmo do racismo americano e sul-africano, por exemplo: destruir e extinguir, inclusive fisicamente, em especial o negro e o judeu [...]

Diante das palavras de Silva (2009), pode-se perceber que o racismo à brasileira não é menos letal que o racismo encontrado em outros países; no nosso caso, a forma como se dão as relações racistas dentro da sociedade brasileira ocorrem de forma engenhosa, sutil, camuflada, bem traiçoeira, fazendo com que a vítima tenha dificuldades de identificá-lo, pois o mesmo encontra-se presente em todos os seguimentos da vida em sociedade.

Também é de grande importância apontar para o fato de que apenas em 1995 o Brasil se auto declara um país racista (OLIVEIRA. 2016, p. 31), graças à pressão feita pelos movimentos negros em busca de direitos que atendessem a população negra. Apesar do tema ações afirmativas se fazerem presentes no Brasil desde a Constituição de 1988, “que reconhecem o direito à diferença de tratamento legal para grupos discriminados negativamente” (MORAES. 2013, p.30), entre os exemplos que mais se destacam é a demarcação de terras de povos originários e a reserva de vagas no serviço público para pessoas com deficiência.

É importante sabermos que em 1968 tivemos a primeira tentativa de implementação de ações afirmativas em relação à população negra do Brasil, o projeto tentava estabelecer cotas em empresas privadas para trabalhadores negros, porém o projeto de lei não teve êxito. Mais tarde, na década de 80, o então deputado federal Abidias Nascimento propôs um projeto de lei que

constavam a reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil (MORAES. 2013, p.31)

Novamente uma lei que se destinava à população afro-brasileira foi vetada no Congresso Nacional. Já no ano de 1996 a Secretaria de Direitos Humanos lança o Projeto de Nacional de Direitos Humanos “para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta. Também está inserido o apoio a entidades privadas que realizem discriminação positiva.” (MORAES. 2013, p. 32)

No âmbito educacional destinado a negros e negras no Brasil é importante destacar que

Em 1993, o então deputado federal Florestan Fernandes apresentou proposta de Emenda Constitucional para concessão de bolsas de estudos para negros; em 1995, a então senadora Benedita da Silva (pt/rj) trouxe os projetos de Lei no 13 e 14, voltados a uma política de reparação que, além de pagar uma indenização aos descendentes de escravos, asseguraria a presença proporcional destes nas escolas públicas em todos os níveis; também em 1995, o projeto de Lei no 1.239, do deputado federal Paulo Paim (pt/rs), pedia o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas; em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (pt/ba) apresentou os projetos de Lei no 4.567 e 4.568, solicitando a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos. Em 1999, temos o projeto de Lei no 298, do senador Antero Paes de Barros (psdb), que estabelecia reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino. [...] Foi no âmbito da educação que as ações afirmativas passaram a ganhar mais atenção da sociedade, demonstrando em grande parte como a ideia de uma “democracia racial” está arraigada entre nós. O Rio de Janeiro foi um dos Estados pioneiros na adoção de cotas no ensino superior. No vestibular de 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (uerj) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (uenf) reservaram 40% das vagas para alunos negros. (MORAES. 2013, p.32-33)

Diante da luta por ações afirmativas, tanto na educação como em outro espaço, é importante destacar em toda a história do(a) negro(a) no Brasil, bem como as narrativas que existentes no nosso cotidiano a respeito desse povo, o processo de escravização. Os livros de história retratam a imagem de negros e negras como meros escravos (e não escravizados) que aceitavam a sua condição de escravos como algo natural.

A manutenção dessa imagem impacta diretamente na autoestima e transfere a vergonha do regime de escravidão do algoz para a vítima. O que ocorre é que a imagem do negro(a) escravo(a) e submisso(a) ao senhores não condiz em nada com o negro(a) em sua história.

Os livros de história (escritos por mãos de que detém o poder) escondem o processo de resistência cunhado através de várias formas de luta que ocorreram desde a colônia. Os livros de história não contam as inúmeras revoltas ocorridas por todo o país, nem falam sobre os quilombos que tinham um alto grau de organização política e representavam em tempos de pouca liberdade um exemplo de respeito à diversidade; não foi difundido no imaginário do povo brasileiro a ideia de que

ocorreram enfrentamentos coletivos e individuais que foram preponderantes para a liberdade.

Como a abolição, a nível legal, sem uma real transformação nas bases sociais quanto às relações entre negros e brancos, a situação dos “libertos” segue pelo caminho da segregação e, a partir daí, novos processos de luta foram forjados.

2.4. Racismo na Bahia

A Bahia, um dos 27 estados federativos do Brasil, atualmente com 14.016.906 de habitantes (IBGE, 2010). O estado foi a porta de entrada para a “colonização” do Brasil, sendo este dividido em 27 territórios de identidade⁵. Como no resto do país, a Bahia foi um estado que também foi marcado pelo ciclo da escravização de negros e negras vindos do continente africano.

A comercialização de negros no Estado baiano teve força com o plantio de cana de açúcar, uma produção que movimentou a economia europeia por muito tempo.

Os conflitos entre negros e brancos formam e ainda são notados pela existência de revoltas importantes e lembradas nacionalmente. Além das pequenas revoltas ocorridas em todos os espaços (abortos, atentados, queima de lavouras, etc.), podemos citar algumas revoltas que demonstram as tensões raciais da sociedade baiana no passado

A Revolta dos Alfiates (Bahia, 1798) - também chamada de Conjuração Baiana, a Revolta dos Alfiates caracterizou-se por ser uma revolta de bases populares contando com um grande número de negros(as), mulatos e libertos. “[...] inspirada na fase popular da Revolução Francesa, pretendia alcançar a independência do Brasil com uma sociedade igualitária.[...]” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 102) Como liderança do movimento

[...] destacam-se os alfiates João de Deus do Nascimento e Manoel Faustino dos Santos [...] além dos soldados Lucas dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, todos mulatos. um outro destaque foi a

⁵ Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

participação de mulheres negras, como as forras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 102).

A Revolta dos Malês (Bahia, 1835) - na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, ocorreu em Salvador a chamada Revolta dos Malês, sendo este o nome que denomina um segmento de escravizados negros muçulmanos. A revolta durou apenas algumas horas e tinha como objetivo a reivindicação do direito de praticar religiosa sem punições, estas reivindicações eram fruto da “[...] constituição baiana de 1824 que estabelecia o catolicismo como religião oficial e, por isso, era a única que podia celebrar cerimônias públicas às claras. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 94)

Após a revolta, o saldo foi positivo, pois os seus efeitos foram sentidos em todo o país e até fora dele de maneira que “[...] Além de disseminar o pânico e provocar o aumento do controle escravo em todo o Brasil, os rebeldes conseguiram também reavivar os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos da África, de uma forma mais crítica”. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 94)

O pós-abolição na Bahia também marca um processo de exclusão dos(as) negros(as) de direitos básicos, sendo um dos Estados mais negros do Brasil a comunidade negra sofre com a segregação interna e sofre também a xenofobia quando tocamos nas relações entre os estados federativos.

As tensões étnico-raciais também se fazem presentes neste espaço, visto que as desigualdades sociais e de acesso a direitos independem do espaço geográfico, já que os negros nordestinos enfrentam também a xenofobia por ser nordestinos e em sua grande maioria de classe social baixa. A xenofobia, já tratada neste primeiro capítulo, é quase tão antiga quanto a própria humanidade visto que o estranhamento e a segregação a partir das diferenças marcam a história da humanidade.

Raça e classe se encontram quando tratamos da segregação enfrentada por estados do nordeste; sendo este fenômeno reconhecido desde o início da extração do ouro nas Minas Gerais, quando essa forma de segregação em relação ao nordestino passa também pela raça, além de classe e de gênero. Sobre esse fato, ressalta-se a fala de Silva (2009, p. 403)

Pouco importa onde começa, se na Bahia, em Pernambuco ou até no norte de Minas, em maior parte dotada das mesmas características

económico-social e culturais, o certo é que há um preconceito antinordestino desde os tempos antigos, um velho, insidioso e debilitante racismo, em sua modalidade institucional, subespécie omissiva, especialmente contra seu povo de procedência étnica na África.

A partir da reflexão de Silva (2009), podemos notar que o Brasil cria sua África nacional, os estados no Nordeste, onde se sobressalta a Bahia como alvo de todo o ódio dos sulistas; sendo a população nordestina, entre elas a baiana/ negra, destinada ao subemprego e relacionada a trabalhos braçais quando migram para o sul do país.

Diante de tanta desigualdade entre as regiões, o que o Estado faz? Utiliza-se de seus meios para segregar ainda mais o nordeste e consequentemente a Bahia dos demais estados. O Estado, representa a manutenção de um *status quo* e ao longo de toda a história do Brasil este espaço foi ocupado pela elite, que defende seus interesses.

A ascensão ao poder de corpos negros e principalmente de corpos triplamente estigmatizados (preto, pobre e nordestino) não é algo aceito pela elite, afinal como permitir ser governado pela “escória da sociedade” ou como disse um estudante de onde estudei: “ - como as negas de Pedagogia tem a audácia de me processar?”

O que se percebe então é que existe um “lugar” do preto na pseudo sociedade eurocêntrica. É o lugar do subemprego, da fome, da obediência, é na fila de hospitais lotados e nos presídios⁶. Porém não sabem que a sociedade que a elite

⁶ Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2015)

brasileira tanto venera (a Europa) tem essa mesma concepção acerca do Brasil, entendendo o Brasil como um lugar de selvagens.

2.5. Racismo no Baixo sul

Para tratar sobre racismo no baixo sul baiano é necessário fazer um levantamento abordando aspectos do território, desde sua história até seus dilemas mais atuais, passando assim pelas tensões raciais de um território marcado como pioneira em produção de farinha e no processo de interiorização a partir de Valença e Cairu.

Toda essa discussão se dá a partir dos municípios que compõem o território, são eles: Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Maraú. O território do baixo sul foi um dos primeiros a ter o contato dos colonizadores/ conquistadores após o suposto descobrimento do país, sendo este espaço colonizado desde o século XVI.

Na época da colonização, ocupavam o espaço os índios Aimorés e os Tupiniquins entre o que hoje são os municípios de Cairu e Valença até Ilhéus. A população indígena desse território representou o primeiro processo de resistência contra o processo de colonização abusiva, de forma que os índios Aimorés eram descritos como “hostis”. A hostilidade dos povos originários não representou um grande obstáculo para o processo de colonização.

Após a considerada “pacificação” dos índios, a frente agrícola voltou com toda a força para as áreas continentais e suas terras mais férteis. Nessa época, Camamu foi considerado o maior porto de farinha da Colônia. Este ciclo só se interrompeu nos meados do século XX, a partir da decadência do sistema de transporte hidroviário e a ascensão do transporte por rodovias, que abriu novas frentes de abastecimento, para a Região Metropolitana de Salvador em formação inicial. (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO – CGT, 2018, p. 9)

Enquanto aspectos ambientais, o território está coberto pela Mata Atlântica (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO - CGT. 2018, p. 10), mesmo com um violento processo de desmatamento e destruição, o baixo sul atualmente tem se dedicado à preservação e recuperação deste espaço. O processo de desmatamento da Mata Atlântica se deve à constante extração de recursos naturais desde o século XVI até hoje.

As produções econômicas são ligadas basicamente à agricultura, sendo predominante a agricultura familiar, o turismo também tem participação na economia territorial, sendo cacau, cravo, dendê, banana, graviola, guaraná, palmito, piaçava, entre outros os principais cultivos da região. (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO - CGT. 2018)

Como se pode perceber, a produção agrícola do território baixo sul vem desde os primórdios do descobrimento do Brasil, sendo esta região, naquele período, produtora de mandioca que seria transformada em farinha para o abastecimento deste produto em Salvador e em todo o recôncavo. (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO. 2018, p. 9)

Diante de tanto potencial para um desenvolvimento econômico e social, este território comporta 2,56% da população baiana atualmente (Fonte Bahia - SEI 2013 *apud* CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO - CGT. 2018, p. 2). Diante de tais potencialidades que o território apresenta para um pleno desenvolvimento e o não alcance deste, O BSRCRI vem com a proposta de estudo e ação que potencialize o desenvolvimento desta região colocando em foco as questões raciais de um espaço ocupado por uma população majoritariamente negra e em outros tempos de povos originários.

Trazendo para o campo da negritude, o território Baixo Sul Baiano conta com 55 remanescentes de quilombos registrados até 2015 (PORTO. 2019). A presença dessas comunidades demonstra que o território tem a presença de uma grande população negra que no passado construiu com sangue e suor o que hoje conhecemos com baixo sul baiano.

O território Baixo Sul poderia se dizer ser um território quilombola, possuindo comunidades remanescentes de quilombos em todos os seus municípios e cultura fortemente marcada por suas raízes africanas. No decorrer da caminhada da implementação das políticasterritoriais houve um avanço significativo no que diz respeito a participação dos representantes destas comunidades nos espaços de discussões e tomadas de decisões no território e em outros espaços de articulação,tendo como uma das principais conquistas a criação de Conselho Territorial de Quilombolas do Baixo Sul. (PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 2010, p.107)

A presença dos escravos africanos se dá a partir do século XVII com a tentativa de se efetivar na região do baixo sul

O tráfico negreiro teve forte presença na região, particularmente a partir do século XVII, em função da ameaça holandesa nos arredores

da capital Salvador, o que forçava o desembarque dos negros escravizados vindos da África nas chamadas Vilas de Baixo (Cairu, Camamu e Boipeba), passando pela segurança da fortaleza de Morro de São Paulo. (PORTO, 2016, p.52)

A utilização da mão-de-obra escrava era destinada à produção de gêneros alimentícios destinados ao recôncavo e a capital baiana. A porta de entrada dos negros escravizados trazidos para o baixo sul era o município de Camamu. (PORTO, 2016, p.52)

A partir daí, o território baixo sul tem uma forte identidade negra por conta de um passado atrelado a gêneros alimentícios destinados ao recôncavo baiano e à capital. Formado por fazendas de médio porte, inicialmente, a região destinou-se à produção de cacau e mandioca e, posteriormente, outras culturas foram introduzidas.

Toda a mão de obra utilizada para a produção nessa região era composta por escravizados negros e indígenas.

Na época em que a escravidão foi abolida, em 1888, a população negra no Baixo Sul já era bastante abundante. Muitas comunidades foram sendo formadas ao longo do tempo, seja fruto de agrupamentos quilombolas, seja de negros alforriados que iam constituindo pequenos núcleos rurais e se estabelecendo ao longo de todo o território. Atualmente, embora existam 55 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como quilombolas, sabe-se que o número de comunidades que descendem direta ou indiretamente de quilombos ou de comunidades formadas por antigos escravos é muito maior do que este dado oficial. (PORTO, 2016, p. 53)

A pós-abolição na realidade do território de identidade resultou na formação do povo que ali está e também nos quilombos. Símbolos de resistência, os quilombos tiveram presentes na luta contra os maus tratos e representam até hoje uma forma alternativa ao poder hegemônico existente, sendo destacados no baixo sul baiano os seguintes quilombos:

Comunidades Quilombolas, certificadas pela FCP	
Município	Quantidade
Cairu	5
Camamu	10
Igrapiúna	3
Ituberá	6
Maraú	6
Nilo Peçanha	2
Presidente Tancredo Neves	2
Taperoá	4
Teolândia	2
Valença	9
Wenceslau Guimarães	6
Total	55

Fonte: PORTO, 2016, baseado em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2015)

A presença negra no baixo sul marca como em todo país vários pontos ligadas a questões sociais e econômicas que se deram ao longo da história e da efetivação das relações e tensões raciais daquele espaço.

Capítulo 3 - Caminhos e descaminhos

Este capítulo é voltado à apresentação da metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa intitulada *Racismo Institucional: o combate em rede no baixo sul baiano*. Entendendo que os caminhos metodológicos são uma parte importante no desenvolvimento da pesquisa e que este desenha os passos os quais o pesquisador irá percorrer para dar conta dos objetivos traçados, inicio este trajeto nomeado de caminho solitário.

O caminho solitário que agora irei seguir me levará ao *lócus* de pesquisa. Nesse momento me dedico a escrever e pensar/ escolher os caminhos que irei percorrer para entender e discutir o espaço da pesquisa.

A metodologia, como todo o trabalho que se baseia em critérios científicos, também leva em conta a forma como me construí no meu percurso de vida, pois é normal que a vida deixe marcas em tudo que fazemos. Como tópicos para esse capítulo voltado para a metodologia, tem-se: Por que você escolheu essa pesquisa, técnica de pesquisa, apresentar os sujeitos e o *lócus* de pesquisa, o papel do investigador, metodologia e o processo para recolher os dados e, por fim, como serão analisado os dados.

3.1. A inquietação para a pesquisa

A pesquisa aqui desenvolvida intitulada *Racismo institucional: o combate em rede no baixo sul baiano* tem um significado que vai muito além da impessoalidade exigida pela ciência. O tema racismo institucional tem relação com minha trajetória de vida e na minha constituição como pessoa e pesquisa.

A descoberta da minha negritude é marcada por uma enxurrada de outros fatores que me ajudaram a entender tal descoberta. O acesso à universidade representou uma porta de entrada para o trajeto da busca de conhecimentos (acadêmico e de vida) e também por melhores condições de vida.

Sendo a primeira pessoa da família a entrar na universidade, carreguei comigo os sonhos e desejos de mudança da minha família de um progresso, onde a educação seria a forma de atingir esse progresso. Eu, como muitos(as) jovens

pobres, consegui vencer as barreiras que a todo tempo apontavam para um futuro que não incluía fazer uma graduação.

Foi a partir dessa fase que me foi apresentada uma forma diferenciada de ver e encarar a vida, pois, ao morar durante um período na residência universitária do campus XV da UNEB-Valença, passei por um processo de amadurecimento importante, sendo ali que vi e conheci outros estudantes, em sua grande maioria, cotistas que estavam na luta diária para manter o curso e o sonho de melhoria de vida financeira, de formação humana e científica.

Ao final do curso de Pedagogia, o dilema de não ser mais residente e agora uma pessoa quase formada tomou conta dos meus pensamentos e foi aos poucos se tornando angústia em não saber como seria após a formatura.

Faço essa pequena retrospectiva da minha vida acadêmica para levantar uma questão importante e presente na construção da identidade de muitos negros e negras. O processo de negação ao qual passei foi marcado por dores e entendimentos; dores por conta do entendimento do acúmulo histórico que pesa na tonalidade da minha pele e entendimentos que o processo de “cura” proporcionou.

A diáspora negra, da forma que foi feita, parece repercutir a todo momento negativamente na forma como a vida de negros e negras se desenvolve atualmente. É nesse momento que vemos que o saldo histórico negativo resvala nas negras e nos negros até hoje.

Os acúmulos e marcas gravados nas nossas individualidades são reforçados por uma estrutura racista que se legitima através de estruturas institucionais. Essa perspectiva demonstra que a sociedade direciona um “lugar” para o negro. Um dos espaços institucionais que mais entendo que contribuiu para que eu acreditasse não ser merecedora de estar em alguns espaços foi a escola e, em seguida, a universidade, sendo esses espaços ao mesmo tempo o veneno e o antídoto.

A Uneb me transformou positivamente e, ao mesmo tempo, provocou a exposição da ferida que estava incomodando. Atualmente, a ferida está exposta à procura da cura e nessa trajetória buscando tirar de mim a ideia de não poder algo. Estar na luta contra qualquer forma de racismo, este que tenta a todo tempo me diminuir e dizer que a minha vida não tem importância, me faz caminhar cada vez mais. O racismo no Brasil é praticado de forma dissimulada pelas instituições

responsáveis por regulamentar a vida cotidiana de um país, entre o maior e o mais importante está o Estado e em seguida a Igreja, a escola, a polícia e a economia.

Entender o peso de anos de uma história de desumanização e diminuição que persegue meu povo me move pessoalmente a discutir e entender os contextos dessa trama que envolvem a população negra.

Apontando a relevância acadêmica, o tema “racismo institucional” traz à tona a discussão importante para o avanço contra todas as formas de opressão ao povo negro. A entrada de uma porcentagem da população negra na universidade tem garantido que a temática racismo seja dissecada e entendida por quem tem vivência.

3.2. Técnica de pesquisa, apresentar os sujeitos e o lócus de pesquisa

Para adentrar o lócus de pesquisa, o Baixo Sul em Rede em Combate ao Racismo Institucional no Baixo Sul Baiano, fiz a escolha de algumas técnicas para recolher informações necessárias. “A selecção das técnicas a utilizar durante o processo de pesquisa constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois dessas depende a concretização dos objectivos do trabalho de campo.” (AIRES, 2015, p.24)

O papel do método é indiscutível para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos no projeto, para além de tratar dados acerca da realidade do baixo sul baiano, busca-se interpretar esta realidade de forma que as técnicas utilizadas nessa têm relação com a pesquisa.

Visto que as técnicas devem ter relação com a questão estudada, o racismo institucional é um assunto que os números apenas não dariam conta, pois esse envolve muitas nuances sociais e vertentes inerentes à subjetividade humana.

A partir do paradigma étnico, a pesquisa supracitada segue uma linha voltada para a criticidade acerca de questões “afrocêntrica, experiência vivida, diálogo, responsabilidade histórica, raça, classe e género.” (AIRES, 2015, p. 19)

Diante da vasta possibilidade que a pesquisa qualitativa me dispõe, desenvolvo técnicas diretas representadas no quadro abaixo:

A. Técnicas Directas ou Interactivas	. Observação participante . Entrevistas qualitativas . Histórias de vida
--	--

Fonte: AIRES, L. 2015, p. 24

São escolhidas como técnicas a observação participante e o questionário. Para abordar o sujeito da pesquisa, salienta-se que aqui nesse estudo há uma relação sujeito-sujeito e não uma relação sujeito-objeto. Parte-se desse princípio ao entender que ambos os lados estão em um processo de construção subjetiva, ao mesmo tempo que constroem algo em comum, eles se constroem mutuamente.

Considerando que, para Vygotsky, a internalização é uma reconstrução interna de uma atividade externa (Vygotsky, 1991 a, p. 63), e que esse processo de reconstrução envolve sempre uma atividade interpessoal, o outro é um parceiro constante do eu em seu processo de desenvolvimento e em suas diferentes formas de apropriação do mundo (autor (a) desconhecido, p. 60)

Diante disso, me construí e reconstruí a partir do outro, da mesma forma que esse o faz. Como sujeitos da pesquisa estão 4 homens e mulheres que compõem o baixo sul e rede contra o racismo institucional.

O BSRCRI tem ligações diretas com a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), essa criada em 2007 junto à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo da Bahia, visto a importância da economia solidária e a grande contribuição da mesma para o desenvolvimento dos vários territórios do estado.

A SESOL que desenvolve projetos voltados para a economia solidária de vários territórios passa também abordar o racismo institucional no baixo sul baiano. Nesse território, a SESOL voltado para o dado de que o estado baiano tem a maior população negra do país.

Na divisão da população por cor ou raça, a Bahia tem o maior contingente de pessoas declaradas pretas (22,9%), que ultrapassam as brancas (18,1%). O estado com o segundo maior percentual de pessoas pretas é o Rio de Janeiro (13,4%). As únicas unidades da federação em que o contingente de pessoas brancas é maior do que o conjunto de pessoas pretas e pardas do

que são Santa Catarina (79,9%), Rio Grande do Sul (78,6%), Paraná (65,5%) e São Paulo (59,1%). (SEPROMI, 2019)⁷

Observa-se também que é a maioria da população negra destinada ao subemprego e que historicamente não tem as mesmas oportunidades que a população branca.

O BSRCRI foi implantada no ano de 2017 com o objetivo de desenvolver palestras e cursos de formação voltados para a quebra da cultura do racismo nas instituições públicas dos 15 municípios do baixo sul baiano.

A ideia da BSRCRI é a formação de 500 gestores públicos no combate ao racismo institucional fazendo relação com a Economia solidária em todo o estado da Bahia. Especificamente esse projeto trata do BSRCRI que tem pouco tempo de implantação e ainda pouco acúmulo de material e formação.

O trabalho em rede é visto como a melhor opção para o desenvolvimento do projeto proposto pela SESOL, pois esse formato em rede proporciona aos sujeitos envolvidos uma troca de informações horizontalizadas o que possivelmente desperta nas pessoas o cooperativismo, ou seja, o formato de rede permite a interação de sujeitos diversos e coloca todos(as) em posição de protagonismo na busca de objetivos comuns.

O termo “rede” passou por transformações de significado e ainda assume características diferentes, dependendo da área do conhecimento que esteja. A definição de redes que é tratada aqui é da vertente das ciências humanas que trata de uma rede não hierarquizada e que preconiza relações de solidariedade, cooperação e democracia entre sujeitos.

[...] observa que a noção de rede vem sendo muito utilizada pelos movimentos sociais, como conceito propositivo, para referir-se a uma estratégia de ação coletiva, baseada numa cultura solidarística, cooperativa, horizontalizada e mais democrática, para uma nova forma de organização da sociedade (Scherer-Warren *apud* Silva; Gomide; Wanderley; Paz, 2012, p.6)

⁷ SEPROMI. **Número de brasileiros que se declaram pretos cresce no país, diz IBGE.** Disponível em: < <http://www.sepromi.ba.gov.br/2019/05/2171/Numero-de-brasileiros-que-se-declaram-pretos-cresce-no-pais-diz-IBGE.html>>. Acesso em: 19 de jun. De 2020.

A estruturação de uma rede de combate ao racismo institucional no baixo sul possibilita a formação e melhoramento do atendimento ao público em repartições públicas. Esse atendimento se volta para pessoas majoritariamente negras não inseridas no mercado de trabalho formal é de grande importância. A quebra das barreiras de preconceito, discriminação e racismo reproduzidos nas repartições públicas e que impossibilita a integração de sujeitos em espaços de informação tornam-se o principal objetivo da rede.

Por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a exclusão social, em diferentes dimensões, como gênero, etnia, pobreza etc. Grupos historicamente subalternizados da América Latina (índios e negros herdeiros do escravismo colonial; os sem terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-educação) veem nas articulações em rede uma forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação, a que foram submetidos nos processos de colonização, para uma situação onde passam a ter seus “direitos originários” legitimados (Scherer-Warren *apud* Scherer-Warren *apud* Silva, Gomide, Wanderley Paz, p.119).

A BSRCRI ainda não apresenta acervo de formação para as palestras, oficinas, seminários, bibliografia, planilhas, etc. de forma que essas devem ser confeccionadas a partir das características do racismo institucional presentes nesse território. Visto essa demanda, busca-se o levantamento de como ocorre o racismo institucional e posterior produção de material de formação baseadas no levantamento anterior para ser utilizado nas formações nos 15 municípios.

Discutir esses assuntos é problematizar o descompasso histórico, pensando para além de ações afirmativas e questionando as formas de subjetivação identitária construídas ao longo do tempo que legitimam a supremacia dos brancos sobre os negros. Nesse processo de questionamento, é possível rever e corrigir demandas que ainda são recorrentes após a inserção de políticas públicas voltadas para esses sujeitos.

O processo de construção e reconstrução da identidade passa pelo viés histórico (espaço-tempo) e a mediação entre as regras sociais e os desejos individuais (subjetivação) para finalmente a construção do “eu”. No meio do processo de construção, o sujeito pode fazer modificações sociais para que não fique a merca das regras sociais pré-estabelecidas. Dessa forma, o sujeito passa a ter protagonismo na construção da identidade coletiva e individual.

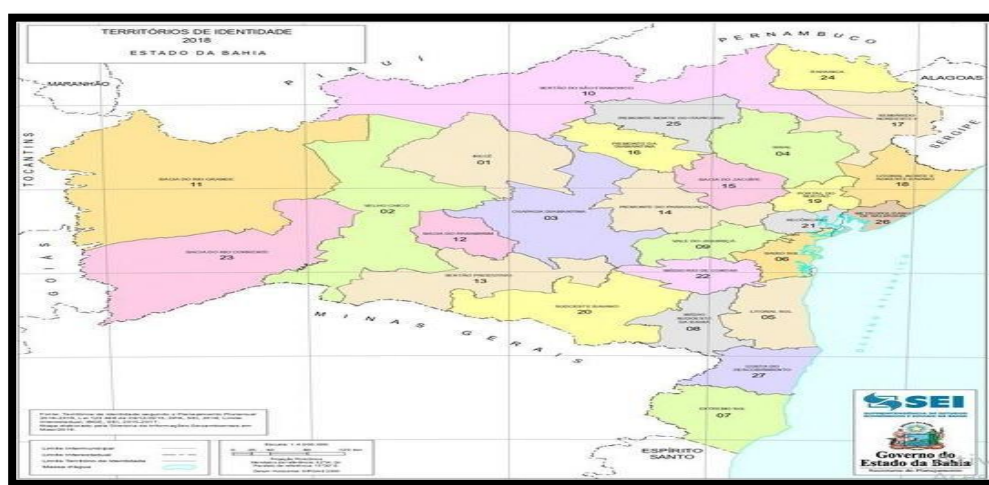
A rede de combate ao racismo institucional tem essa perspectiva de construção de identidade antirracista que seja subjetiva dentro dos repartições públicas. Ao final, a tentativa que se faz é de desmonte da estrutura enraizada do racismo que o torna institucional.

O baixo sul é um dos 27 territórios de identidade da Bahia, como território de identidade define-se:

[...]espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN²)

Como se pode perceber, a definição de território envolve aspectos culturais, políticos, econômicos, entre outros. Os interlocutores selecionados para a pesquisa estão imersos no ambiente do baixo sul, sendo esses construídos em sua subjetividade pelo contexto em questão e transformadores do espaço através de suas ações, trocas, reflexões e ações daquele território.

Os instrumentos que serão utilizados para a realização da pesquisa são: observação participante, diagnóstico, questionário. O levantamento de informações através das técnicas será mais coesa e terão mais chances de dar conta dos objetivos traçados na elaboração do projeto.



Legenda: mapa do estado da Bahia dividido em territórios de identidade Fonte: Mapa publicado no site da SEPLAN

3.3. O papel do investigador

Ao tratarmos de pesquisa científica, é possível perceber que existe uma relação entre os dois lados. A relação da qual me refiro ocorre entre pesquisado e pesquisador. E, trazendo dessa forma (pesquisado e pesquisador), tem-se a impressão de que esta relação é linear e enrijecida, como se existisse uma fórmula mágica ou ainda um papel ao qual cada um dos lados se encaixe e cupra suas atividades.

Entende-se que ambos os lados são marcados e compostos por trajetórias de suas vidas, ou seja, são construídos de um mosaico de relações. Diante desse pensamento, a relação entre pesquisador e pesquisado é marcada por intercorrências. Quando se traz a pesquisa para um dos lados, surge a pergunta: que é esse investigador? E qual o seu papel?

Não sendo capaz de dar conta de todas as interfaces do sujeito, o pesquisador entende que o próprio sujeito não tem como expôr todas as nuances de sua vida sem limitações. Ambos, pesquisador e pesquisado, são resultantes de vertentes ligadas à classe, raça e gênero, além da influência que um tem sobre o outro nos momentos de coleta de dados.

Assim, a aceitação de que não existem observações objectivas mas observações socialmente situadas nos mundos do observador e do observado e de que nenhum método é capaz de captar as subtis variações da experiência humana leva os investigadores à adopção de uma “perspectiva multi metódica”. (COLÁS *apud* AIRES. 2015, p. 17-18)

O pesquisador deve adentrar no campo de pesquisa, sabendo que a atividade de pesquisa não é capaz de apreender todos os campos do pesquisado, nem as técnicas utilizadas capazes de descrever o real na sua inteireza; entendendo que a pesquisa qualitativa tem relação com a vida e esta deve ser compreendida e interpretada para além de quantificações.

O pesquisador tem o papel de ir para além do óbvio, do que a observação despretensiosa já é capaz de entender. Respalando-se em bases científicas, o pesquisador terá uma visão mais afinada quanto aos dados apreendidos através de técnicas metódicas que certamente lhe oferecerá subsídios para entender as entrelinhas do lócus pesquisado.

3.4. Metodologia e o processo para recolha os dados

O processo de recolhimento de dados para compôr a pesquisa perpassa por várias etapas. Essas etapas e formas de fazer (métodos) garantem que a pesquisa ou o levantamento de dados seja científica, pois se deve ter nitidez de que para se entrar em campo durante uma pesquisa deve-se ter bem traçados os objetivos a se chegar.

Em primeiro momento, foi realizada uma observação junto ao grupo BSRCRI durante suas reuniões, sendo a observação uma forma de ter uma primeira noção de como é a dinâmica do grupo, apesar de pertencer ao grupo a observação a partir de uma ótica de pesquisadora do tema é importante; após uma fase de estudos bibliográficos acerca do tema, fazendo uma observação através de um viés teórico.

A observação científica vai além de olhar o que ocorre nos espaços, pois a observação para fins de pesquisa deve obedecer a critérios importantes para que o rigor científico seja alcançado pelo (a) pesquisador(a). Para ir a campo em uma observação, o(a) pesquisador(a) deve se organizar previamente, buscando ser o mais claro possível em suas anotações, sendo organizado ao anotar detalhes importantes e triviais. (SIMIONATO, M. M; SOARES, S. T. 2014, p.78)

Sendo a observação uma forma tão importante de coleta de dados, tendo um grau de importância tanto quanto as demais técnicas, Simonato e Soares (2014) apontam para a existência de cinco tipos de observação apresentados no quadro a seguir:

Observação participante	uma estratégia de campo que envolve o pesquisador diretamente com o seu outro, o pesquisado. Para apurar dados mais ricos em detalhes, durante a observação participante, o pesquisador poderá se valer de outros instrumentos, como de entrevistas, observação direta acompanhada de conversas informais, garantindo grande envolvimento do pesquisador à situação pesquisada. Para isso, será preciso dominar um conjunto de técnicas metodológicas que vão desde a elaboração de um simples roteiro de perguntas a complexas formas de captação de informações gravadas, fotografadas, filmagens, e registros, imediatamente após a vivência da experiência observada, para que o registro não altere o comportamento do informante.
--------------------------------	---

Observador como participante total	em que alia a sua participação no grupo investigado ao seu propósito como pesquisador. Nesse caso, não revelará a sua verdadeira identidade nem o propósito do estudo ao grupo.
Participante como observador	[...] nesse papel, o observador não oculta totalmente suas atividades, mas revela parcialmente as suas intenções. Por exemplo, ao falar dos objetivos do seu trabalho de pesquisa para o grupo da escola, revela parcialmente a sua proposta, para que os observados não soneguem informações valiosas. Porém, esse tipo de comportamento do pesquisador é bastante criticado, pois leva a crer que este não está agindo com transparência e honestidade
Pesquisador como observador total	sua principal característica é de não interagir com o grupo pesquisado, e exercerá sua atividade de observação sem ser visto. Essa também é considerada uma atitude antiética, pois o observador não se apresenta ao grupo para obter o que quer.

Fonte: quadro elaborado pela autora

Nesta pesquisa será adotada a postura de uma observação participante por entender que a mesma abre espaço para outras técnicas de coletas de dados, às quais serão associadas a ela o diagnóstico e o questionário.

O questionário é mais uma técnica que será empregada na coleta de dados. Essa técnica é uma forma direta de obtenção de dados onde o pesquisador, a partir de seus objetivos, vai elaborar perguntas acerca do que espera alcançar. Sobre a elaboração de questionário Gil (2002, p.116) aponta que “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.” Mesmo não tendo grandes normas para a elaboração de um questionário, o pesquisador deve estar atento para a importância que o rigor científico exige para que o resultado final seja confiável. No caso deste trabalho, foi feito através de mecanismos on-line para a obtenção dos dados.

3.5. Análise de dados

Os dados serão analisados a partir da análise de conteúdo. Tal método de análise dos dados recolhidos se afina com a pesquisa qualitativa e com as técnicas de coletas de dados (diagnóstico, observação, questionário).

Sendo a análise de conteúdo uma forma recente de interpretação de dados de uma pesquisa surgida no final do século XX, sendo esta mais relacionada à pesquisa qualitativa que é o caso da presente pesquisa.

Em 1915, nos Estados Unidos, Laswell foi um dos idealizadores da análise de conteúdo. Na época, o intuito de Lasswell era identificar estratégias de imprensa dos demais países. A análise de conteúdo ganha popularidade apenas em 1977 sendo, em seu início, voltada para a busca de uma análise objetiva. Com o tempo, a análise de conteúdo adentra áreas de pesquisa tais como: história, psiquiatria, jornalismo entre outros.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. (SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. 2015, p.2)

A análise de conteúdo que gravita entre a objetividade e a subjetividade garante ao pesquisador o rigor científico tão almejado. Voltados para a análise de uma gama ampla de dados recolhidos, tais como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros. Os dados recolhidos para esta pesquisa vão ser feitos através de diagnóstico, observação e questionário como já discorrido no item **Técnica de pesquisa, apresentação dos sujeitos e o lócus de pesquisa.**

Voltando à análise de conteúdo, essa forma de interpretação dos dados obtidos através das técnicas de pesquisa são tratados a seguir.

- **Pré-análise**

Na fase da pré-análise, a pesquisadora tem a tarefa de organização dos dados brutos, neste momento que é feita a leitura de todos os materiais já recolhidos em um processo de ambientação com o material, seja ele qual for. No caso desta

pesquisa, a porcentagem do questionário e a transcrição das entrevistas já devem estar prontas para este primeiro momento.

Exaustividade	Representatividade	Homogeneidade	Pertinência
Refere-se à deferência de todos os componentes constitutivos do corpus. Bardin (1977) descreve essa regra, detendo-se no fato de que o ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem as razões.	No caso da seleção, um número muito elevado de dados, pode fetuar-se uma amostra, desde que o material a isto se preste. A mostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial (BARDIN, 2011).	Os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar emasiada ingularidade fora dos critérios.	Significa verificar se a fonte documental corresponde equadamente ao objetivo suscitado pela análise (BARDIN, 1977), ou seja, esteja concernente com o que se propõe no estudo.

Fonte: Quadro elaborada pela autora a partir do Silva e Fossá (2015)

Após a leitura de ambientação, foi feita a separação do que é pertinente à pesquisa, sendo necessária atenção ao que a pesquisa se propôs e a preservação de dados importantes e que sejam ligados ao objetivo da pesquisa.

A partir da leitura de ambientação, veio a elaboração de hipóteses a partir da primeira leitura acerca dos dados e indicadores que facilitem a fase posterior. É importante que os dados separados sigam as regras a seguir:

- **Exploração do material**

A próxima fase (segunda) após a organização dos materiais e uma leitura sensível remete à exploração do material. Como fase de divisão do material, onde cada parágrafo se tornará uma unidade codificada a partir de características do conteúdo e, assim, as palavras-chave são identificadas tornando-se um resumo de cada parágrafo é feito para uma primeira categorização.

A parte de categorização das informações é uma momento delicado do trabalho, pois, assim como a escolha dos instrumentos técnicos de coletas de dados, ela tem grande influência no resultado da pesquisa.

Com os agrupamentos das primeiras categorias e as palavras-chave que dão origem às categorias intermediárias, estas resultarão nas categorias finais

Essas primeiras categorias, são agrupadas de acordo com temas correlatos, e dão origem às categorias iniciais. As categorias iniciais, são agrupadas tematicamente, originando as categorias intermediárias e estas últimas também aglutinadas em função da ocorrência dos temas resultam nas categorias finais. [...] Assim, o texto das entrevistas é recortado em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências. (SILVA A, H; FOSSÁ, M. I. T. 2015, p. 4)

- **Interpretação**

A terceira fase é marcada pela análise de conteúdo propriamente dita, onde os dados que foram lidos e posteriormente categorizados são tratados e interpretados. Nesse momento, são captadas as entrelinhas do conteúdo existente no material. A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes. (SILVA A, H; FOSSÁ, M. I. T. 2015, p. 4)

A análise de conteúdo preconiza uma interpretação de dados com métodos bem delineados e que sobretudo ofereça uma interpretação para além do texto em si, ou seja, para além da forma da mensagem a análise de conteúdo adentra nos contextos, as quais a mensagem está sendo emitida e também a forma.

Capítulo 4 - Nada do que foi será...

No capítulo anterior foram tratados assuntos relacionados a questões voltadas aos caminhos metodológicos que esta pesquisa trilha, delimitando o passo a passa de acordo ao ambiente pesquisado e trazendo também características do lócus de pesquisa.

Foram colocadas questões no sentido de que o espaço pesquisado é dinâmico, ou seja, está em constante mudança, não sendo entendido como algo estanque e imutável, assim como o fazer científico que se dirige ao entendimento de fenômenos da vida cotidiana. Pesquisa científica é também estar nessas reviravoltas que a vida dá no âmbito dos dois sujeitos envolvidos.

4.1. Novos contextos para a pesquisa e intervenção

O ano de 2020 iniciou com grandes desafios no Brasil e no mundo. Estes já se faziam presentes nos nossos contextos e vieram a se intensificar com o surgimento de uma doença de alta letalidade. A doença a qual me refiro é a Covid-19, surgida na China no final do ano de 2019 e que se espalhou pelo mundo e está provocando mortes em massa. A Covid-19 é uma doença de fácil transmissão, ela tem vitimado pessoas de todas as faixas etárias e preocupado lideranças de todo o mundo com seus impactos na vida cotidiana.

Sendo a etimologia da palavra “pandemia” vinda do grego, esta se define como: “pan” (todo, tudo) e “demos” (povo) (DICIO)⁸. A pandemia invadiu o cotidiano de todo o povo, em medidas diferentes, afinal as condições materiais de sobrevivência (ou não sobrevivência) são diferentes de país para país, de hemisfério para hemisfério, de divisões geopolíticas para outra.

As orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) a respeito de medidas necessárias para a contenção da contaminação em massa apontam para indícios de como as condições materiais de manutenção da vida são diferentes, não

⁸ DICIO- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Pandemia**. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/pandemia/>>. Acesso em 26 de jun. 2020.

possibilitando que todos tomem os devidos cuidados estabelecidos pela OMS de forma igualitária.

É importante manter as medidas de proteção: lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar (ou utilize um lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogue-o no lixo e lave as mãos). É importante manter-se a pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas. Quando o distanciamento físico não é possível, o uso de uma máscara também é uma medida importante. (OPAS)⁹

A Covid-19 tornou-se uma pandemia e, com isso, a principal indicação da OMS foi em relação ao distanciamento social. Essa medida promoveu mudanças significativas em diversos ambientes que tinham em seus âmbitos a aglomeração de pessoas, entre eles, podemos citar: escolas, comércio, fábricas, etc.

As recomendações indicadas pela OMS provocaram impactos diretos na vida cotidiana mundial, velhos hábitos corriqueiros passaram a ser repensados, as relações interpessoais estão aos poucos sendo transformadas indicando um tempo que os(as) pesquisadores(as) e leigos(as) chamam de “o novo normal”. A preocupação em não ter contato físico impactou nas relações diversas, desde a família até os ambientes de trabalho, ou seja, os espaços públicos e privados estão em processo de modificações profundas.

Na pesquisa de intervenção no acadêmico não foi diferente. Diante desse novo contexto, surge a pergunta: como fazer pesquisa de intervenção em meio a tantas incertezas? Essa pergunta esteve presente entre os(as) pesquisadores(as) e com essa pergunta a busca de outros caminhos do fazer científico que levasse em conta as especificidades do momento vivido.

No decorrer dessa busca por meios viáveis de fazer pesquisa, abri meus sentidos para perceber o que ocorria ao meu redor e, a partir disso, percebi o quanto a ciência se tornou ainda mais importante para o combate da Covid-19 e também de tensões que se intensificaram a partir dela. Esta pesquisa que trata de questões étnico-raciais, mais especificamente o estudo do racismo institucional, se mostra

⁹ OPAS. Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em 26 de out. 2020.

agora ainda mais relevante não só para a academia, mas também para a sociedade como um todo.

4.2. Brasil, pandemia e racismo

O contexto pandêmico e as formas de evitar o contágio da nova doença salientaram diversas tensões no mundo e, principalmente no Brasil, velhos conhecidos das minorias indenitárias passaram a ser mais visíveis aos olhos de todos(as). Em sua grande maioria, essas tensões relacionadas à classe, raça e gênero trouxeram à tona um universo de desigualdades.

Trazendo para a temática voltada para o racismo e tensões raciais, no Brasil as bases históricas da construção de povo são marcadas pelas diferenciações entre as pessoas que estavam, que vieram por conta própria e as forçadas a vir (povos originários, brancos e negros).

A população originária do Brasil, que sofreu um processo de escravização e de genocídio de seu povo, vê hoje se intensificar o processo de dizimação e desrespeito através de políticas que retiram o direito pelas reservas de terras e através da necropolítica¹⁰ estatal.

A Covid-19 entra nas aldeias indígenas, na maioria das vezes, por pessoas que fazem a exploração ilegal dos recursos naturais daquele ecossistema, a doença também chega nas aldeias brasileiras através da atividade de trabalho exercidas pelos índios em centros urbanos. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da OMS, salienta a vulnerabilidade dos povos indígenas que vão além de questões biológicas que também os atinge.

Os povos indígenas estão mais expostos à pobreza, desemprego, desnutrição e doenças transmissíveis e não transmissíveis, tornando-os mais vulneráveis à Covid-19 e seus graves resultados", explicou Tedros. "Como outros grupos vulneráveis, os povos indígenas enfrentam muitos desafios. Isso inclui falta de representação política,

¹⁰[O] conceito de necropolítica cunhado na obra do filósofo camaronês Achille Mbembe [sob incidência do conceito de biopoder de Foucault], estabelecer uma chave de compreensão para a explicação do fato de que a estrutura operacional das instituições policiais são, até hoje, no Brasil, orientadas à aniquilação da população negra. (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020, p. 27)

marginalização econômica e falta de acesso à saúde, educação e serviços sociais", complementou o diretor-geral da OMS. (G1, 2020)¹¹

Outra população que sofreu com a intensificação do genocídio promovido através do acúmulo do abandono promovido pelo Estado é a população negra e parda, que compõe mais da metade da população do país (55,8%), segundo dados do IBGE 2019. Essa maioria, que também é minoria indenitária, ocupa os piores *status* na sociedade brasileira, ocupando posto do subemprego, escolas sucateadas, morando em bairros sem infraestrutura mínima etc.

Resguardar um distanciamento é difícil no caso da população negra que é atingida pela vulnerabilidade social, ainda na pesquisa do IBGE (2019), temos uma visualização ampla da diferença a qual me refiro. Uma das recomendações da OMS e talvez a principal delas é o distanciamento social para que se evitasse uma contaminação em massa, porém

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. No Município de São Paulo, 18,7% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, enquanto entre as pessoas brancas esse percentual era 7,3%. No Município do Rio de Janeiro, 30,5% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, ao passo que o percentual registrado entre as pessoas brancas foi 14,3%. Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. Condições inadequadas de saneamento básico estão

¹¹ G1. Impacto da Covid-19 em povos indígenas das Américas é uma das principais preocupações da OMS, informa diretor-geral. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/20/impacto-da-covid-19-em-povos-indigenas-das-americas-e-uma-das-principais-preocupacoes-da-oms-informa-diretor-geral.ghtml>>. Acesso em: 27 de out. 2020.

entre as causas subjacentes e evitáveis de mortalidade infantil (IBGE, 2019, p. 6)

Com a pandemia, não só a mortalidade infantil é preocupação para a população periférica e negra, mas também a contaminação por Covid-19.

Trazendo para nossa temática, que se relaciona com o racismo institucional, no mercado de trabalho não poderia ser diferente, a pesquisa já mencionada da conta de que apenas 29,9% dos cargos gerenciais são ocupados por pessoas negras ou pardas, enquanto 68,6% são ocupados por pessoas brancas (IBGE, 2019, p. 1).

A falta de oportunidades iguais para o acesso a esses direitos, descritos na Constituição de 1988 como direitos fundamentais têm perpetuado os lócus sociais criados para cada segmento racial. O negro, visto como incapaz (infantilizado), o índio visto como selvagem e o branco, a representação da humanidade.

Na tríade negro, branco e índio, temos uma hierarquia, nessa hierarquia o branco europeu sempre esteve no topo e se manteve nesse lugar, incutindo no imaginário das populações negra e indígena a ideia de inferioridade. As dominações não só corpóreas, mas a construção da autoimagem é forma preponderante para o domínio de toda uma etnia, ou seja, o domínio do branco europeu sobre as demais raças.

Diante do que foi exposto até agora, dados e autores que confirmam a persistência de uma ideia racista, sexista, classista e colonial que perdura no Brasil, podemos entender que a doença não nos iguala, pelo contrário, o contexto pandêmico saltou aos nossos olhos a real situação de subalternizados e um histórico de exclusão.

CAPÍTULO 5 - O preto no preto

Para a análise dos dados obtidos em campo, será utilizada a análise de conteúdo, que Bardin em *análise de conteúdo* é definido repetidas vezes como:

Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objecto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos (HENRY e MOSCOVICI (1968) *apud* BARDIN. 1979, p.40)

Para tal atividade, foram divididas em três fases a análise, sendo elas:

- Pré-análise
 - Exploração do material;
 - Inferência e interpretação;
- } Fases da análise de conteúdo em Bardin

A pré-análise consiste na organização do material da primeira fase da pesquisa. Aqui neste trabalho foi realizado em primeiro momento um questionário, com perguntas abertas e fechadas. Levando em conta o contexto já explicado no início do capítulo, o questionário foi respondido através do Google formulários.

Todos os participantes responderam o questionário, não sendo relatado por eles dificuldades na utilização do Google formulários. Em primeiro momento, foi feita uma leitura “fluente” aberta às primeiras impressões das respostas obtidas.

Após a primeira leitura relacionei as respostas (que serão apresentadas a seguir) aos objetivos geral e específico da pesquisa, e assim a segunda fase da pré-análise foi cumprida sendo possível a visualização da relação dos dados obtidos com os objetivos.

Para a facilitação da visualização das respostas foi elaborado um quadro com as respostas de perguntas abertas.

	Interlocutor 01	Interlocutor 02	Interlocutor 03	Interlocutor 04	Interlocutor 05	Interlocutor 06
Perg. 1	Superar as desigualdades raciais em todos os âmbitos da vida social.	A necessidade de trazer para o debate algo que não é colocado como promotor de desigualdades e exclusão.	Saber que mais pessoas estão dispostas a acordar sobre o assunto. Ver, entender, estudar, combater ou se defender do racismo (em todos os seus âmbitos). Dar nome e cara ao que as pessoas passam constantemente no seu dia a dia.	Na condição de homem branco, percebo que o Racismo Institucional faz parte do cotidiano das instituições e suas estruturas. Discutir sobre o racismo institucional é ter a possibilidade de incomodar aquilo que estava naturalizado, para a partir de então, construir novos horizontes com menos permissividades cruéis e injustas.	O fato de ele ser naturalizado nas relações como se fosse parte do problema de classe. Com isso, muitas pessoas negras suportam caladas e mansas na ilusão de que quando forem ricos não sofrerão discriminação. Anos de desigualdade social projetada e aceita em nome do desconhecimento de que racismo é estrutural e que as instituições estão estabelecidas com base nele.	A necessidade de tratamento igualitário pelo Estado e instituições privadas de forma igualitária. Ter sofrido diferenciação de tratamento em determinadas situações dentro de entidades públicas. Ver de forma nítida que uma das principais diferenciação entre ricos e pobres é a cor da pele.

Perg. 2	Preconceito de cunho racial estabelecido socialmente, ocorre de maneira naturalizada e amparada pelas diversas instituições sociais, como família, igrejas, escolas, órgãos públicos, entre outros.	É o racismo que está "implícito" na estrutura da sociedade brasileira e define quem pode ocupar os espaços de decisão, de comando, de elaboração de políticas, de controle, etc,	Um sistema de opressão que infecta todos os âmbitos da sociedade, menosprezando e subjugando uma raça e/ou etnia, utilizando do poder econômico, público (na educação, justiça, saúde, segurança) para tirar direitos desse grupo, afetando sua auto-estima, dando a sensação de merecimento ou normalização deste lugar.	Racismo Institucional é um conjunto de atitudes preconceituosas de cunho racista que se repetem em determinados espaços ou sistemas organizados; podendo ser identificado através de tratamentos, condições de trabalho, definição e ocupação de cargos, autonomia entre outros.	O racismo impregnado em todas as relações dentro de uma sociedade.	É toda forma de tratamento desigual, baseada no critério de raça em sentido amplo, seja por entes públicos ou privados.
Perg.3	Intolerância religiosa, currículo educacional, mercado de trabalho, desigualdade salarial, genocídio da juventude preta.	Educação Antirracista. Política e Poder no Baixo Sul. Saúde pública. Direito à cidade e a espaços de convivência. Ampliação do acesso à educação pública.	História do povo negro e indígena no Brasil (fazendo paralelo com o papel do cristianismo na manutenção da escravidão e, conseqüentemente, do racismo); luta de classes (trazendo situações com empresários,	Educação étnico-racial; Cargos de liderança; Obrigatoriedade de se debater racismo nas instituições; Cota de participação/contratação de pessoas negras nas instituições; Canais de ouvidoria e denúncia com poderes punitivos;	A invenção do negro, desumanização do negro desde o período colonial, eugenia e processo de embranquecimento, abolição da escravidão brasileira como crime contra a honra da população negra e reparação histórica e	Identidade afro centrada/ emprego e renda/ educação/ estética/ produção intelectual.

			agricultores familiares, marisqueiros, empreendedores, etc); economia básica voltada ao cotidiano desses falados anteriormente, assim como para quem não tem renda própria, principalmente às mulheres; economia solidária como alternativa para movimentar e fortalecer a economia e o comércio local; empoderamento racial, principalmente, às mulheres.		Desenvolvimento da pessoa negra.	
--	--	--	--	--	----------------------------------	--

Esquema para análise dos questionários a parte de perguntas abertas (os interlocutores foram numerados de acordo a ordem disposta no Google formulário.

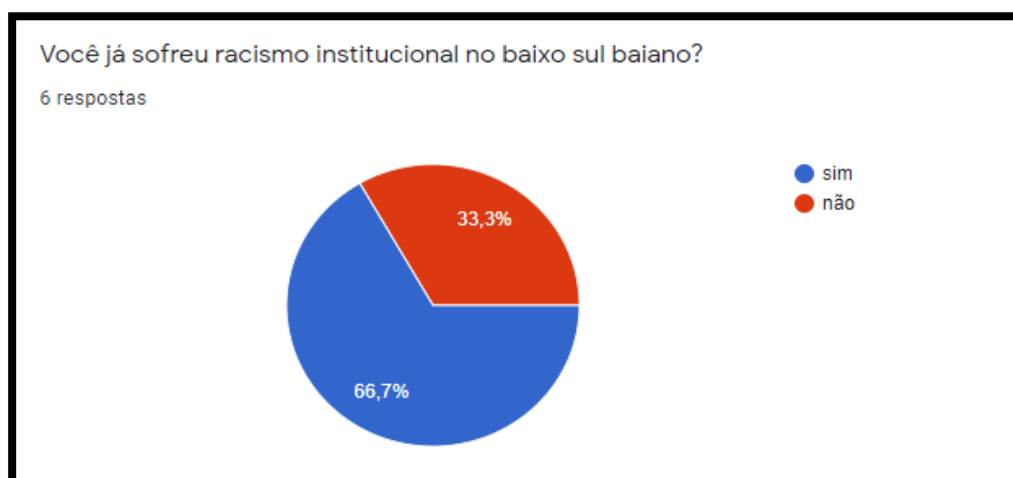
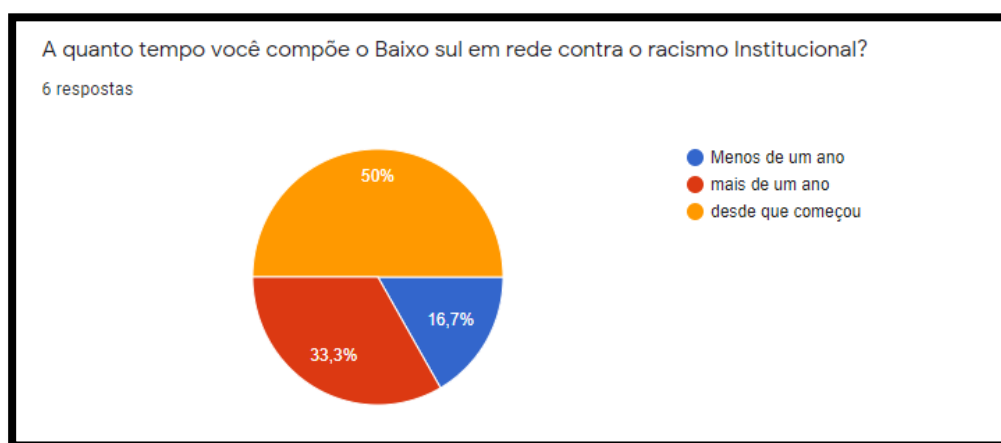
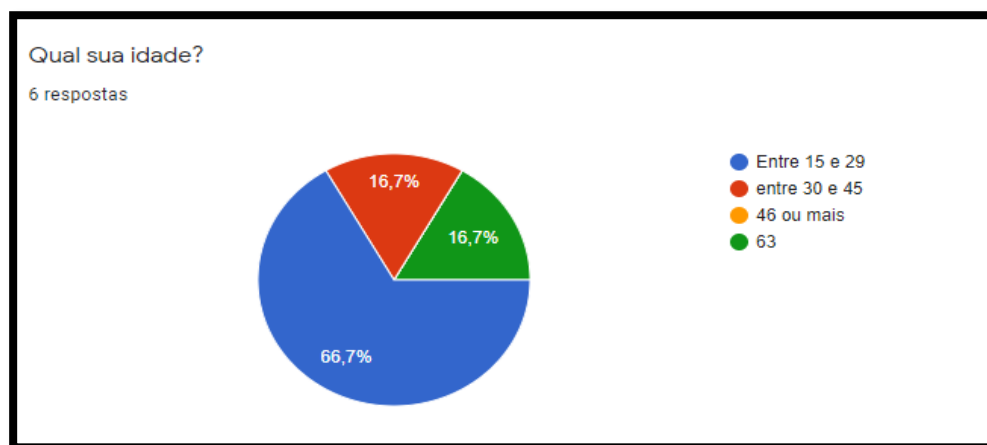
Pergunta 1: O que te motiva a discutir racismo institucional?

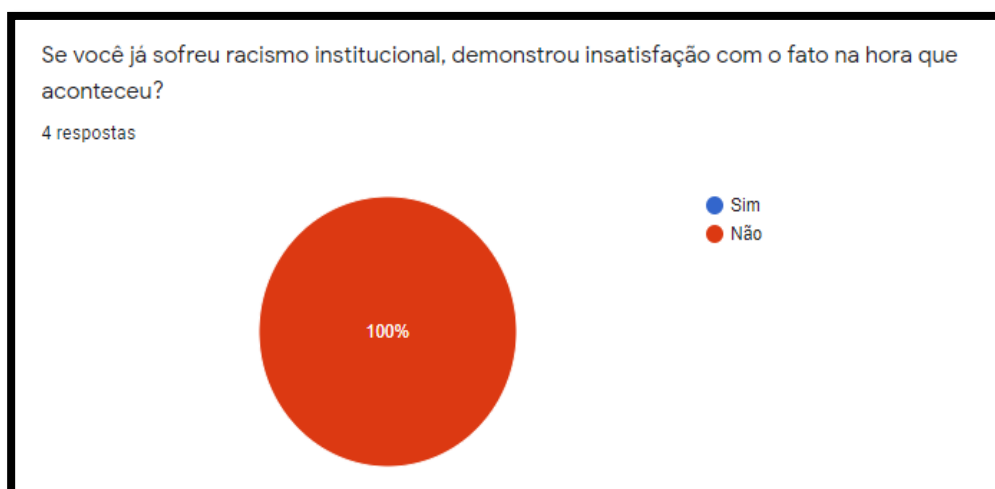
Pergunta 2: Defina racismo Institucional.

Pergunta 3: Aponte cinco temáticas que devem ser abordadas ao discutir racismo institucional no Baixo sul da Bahia.

Três perguntas foram feitas de forma aberta, isso possibilitou que os participantes da pesquisa tivessem uma resposta livre aos questionamentos supracitados, possibilitando respostas que levassem em consideração os contextos pessoais relacionados ao campo de atuação do grupo BSRCRI e Baixo Sul Baiano.

Também foram feitas seis perguntas fechadas às quais a totalidade dos interlocutores responderam e que podem ser visualizadas a seguir:





Gráficos provenientes da pesquisa no Google formulários

Os dados obtidos durante esse momento da pesquisa apontam, de diversas formas, que integrantes da BSRCRI discute a temática com propriedade, sabendo identificar no cotidiano indícios de racismo em um recorte específico (o institucional) dando conta de aspectos, como necessidade de superação e estratégias para o superação do racismo, todas essas propostas levantadas pelos interlocutores partem de vivências pessoais e em grupo, seja na BSRCRI, na família, na escola ou em qualquer contato com instituições públicas ou privadas.

Diante do contexto atual, quando o distanciamento social dá o tom de como a pesquisa pode ser executada, vejo como satisfatórias as contribuições dos interlocutores, visto que se percebe um afinamento na concepção para a ligação entre a construção do conceito de racismo institucional e a projeção do cotidiano que está posto, apontando assim como necessária um viés educacional e formativo no processo de desconstrução do racismo institucional neste território.

Diante dos objetivos da pesquisa, é possível perceber uma aproximação importante dos objetivos estabelecidos, principalmente na construção do pensamento dos componentes da BSRCRI, em relação ao fenômeno racismo institucional no território ao qual a pesquisa se refere.

A partir de agora, faremos aprofundamentos e alargamentos acerca dos dados obtidos na pesquisa, abordando algumas interpretações e alinhando-as a autores(as) que tratam da temática racismo.

5.1. Interpretações: aprofundamentos e alargamentos dos dados

Diante das primeiras impressões e distribuição dos dados em um quadro e gráficos, pude ter uma nitidez da linha de discurso dos interlocutores da pesquisa. A partir de agora serão feitas aproximações entre as informações obtidas nos gráficos e a partir das perguntas abertas, que serão analisadas à luz de teóricos e interpretações levando em conta o contexto do baixo sul baiano, sendo também trazido dados relacionados à realidade desse território.

O formulário Google foi enviado aos participantes da pesquisa no dia 16 de julho de 2020, sendo que após o envio e assinatura dos TCLE's, as respostas foram chegando aos poucos e não foram identificadas por nome. A primeira pergunta feita foi relacionada à faixa etária dos participantes, sendo percebido que as idades variam de 15 a 63 anos. Essa amplitude possibilita a variedade no que tange à visualização da problemática descrita.

A segunda pergunta buscou saber há quanto tempo os integrantes fazem parte do BSRCRI, sendo observado que a metade dos membros integram a BSRCRI desde o início de suas atividades e assim buscam um processo de autoformação e formação grupal.

Nos gráficos seguintes as perguntas vão se alargando e aprofundando, sendo feitas perguntas de menor complexibilidade em direção a perguntas que exigem maior reflexão acerca do tema. A terceira pergunta é acerca do racismo institucional no cotidiano dos participantes, através do gráfico é possível notar que 100% dos participantes apontam que o racismo institucional é uma constante em seu dia a dia. Diante da indicação unânime de que no cotidiano há a identificação do racismo institucional, podemos relacionar com as motivações pessoais para a luta antirracista (1ª pergunta aberta) entre as motivações que se destacam em uma realidade marcada por episódios de racismo institucional destacam-se a busca pela “[...] necessidade de trazer para o debate algo que não é colocado como promotor de desigualdades e exclusão.” (interlocutor 2).

A visão do racismo institucional se faz presente nas falas registradas por participantes que se auto-declararam brancos. Não houve perguntas no questionário quanto à auto-declaração dos interlocutores quanto a sua raça, visto que O BSRCRI entende a luta antirracista para além da dualidade brancos e negros, entendendo que a quebra da cultura do racismo envolve as pessoas não negras. Diante disso, o interlocutor 4 destaca que “Na condição de homem branco, percebo

que o Racismo Institucional faz parte do cotidiano das instituições e suas estruturas. Discutir sobre o racismo institucional é ter a possibilidade de incomodar aquilo que estava naturalizado, para a partir de então, construir novos horizontes com menos permissividades cruéis e injustas.”

O papel de pessoas não negras nas pautas antirracistas é de inteira importância, visto que quem é branco(a) diante das estruturas racistas onde somos criados, não pensam acerca da sua branquitude ou tem que descobrir formas de convívio por conta de sua cor. A resposta do interlocutor 4 à primeira pergunta destaca a importância que tem o branco pensar sobre seu papel e seus privilégios acerca das temáticas racial.

Algumas pessoas discutem que atualmente as questões de raça não se fazem presente no cotidiano atual, porém o que devemos salientar é que estamos discutindo o *lôcus* social do que é a branquitude e não acusando pessoas brancas, isoladamente, de serem ruins. Ainda em tempo, destacamos também que mesmo discutindo um segmento específico do racismo (racismo institucional), é importante a quebra da cultura do racismo individual e estrutural também, sendo que uma das melhores formas de fazer isso acontecer é retirando o racismo de nossas estruturas institucionais.

O que merece destaque é que historicamente houve uma construção do que é ser negro a partir do ideal de humanidade a partir da figura do branco, ou seja, mesmo com a diversidade cultural, política, linguística, etc. A figura do negro foi massificada como uma coisa só (os negros), a construção do negro como inferior repercute até os dias atuais. As construções do que é ser negro(a) são constantes, porém não há a mesma construção ou reflexão do que é ser branco, visto que o branco é o ideal de normalidade.

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu. Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais — que é um lugar de privilégio — acabam acreditando que esse é o único mundo possível. (RIBEIRO, 2019, p. 12)

Ribeiro discorre de como ela na infância percebia a sua condição de negra diante do ideal branco. Essas construções ou não-construções oferecem aos

brancos privilégios inimagináveis e, retomando a resposta do interlocutor 4, podemos perceber a importância de brancos se perceberem em um espaço social de privilégios e utilizarem sua voz para diminuir os distanciamentos que esses privilégios tendem a aumentar.

Dijamila Ribeiro, em seu livro *Pequeno Manual antirracista* (2019), destaca pontos interessantes no processo de desconstrução do racismo, dentre os vários caminhos para a desconstrução do racismo. Dijamila aponta para um tópico que se chama *Reconheça os privilégios da branquitude*, em que neste capítulo se aproxima muito aos que o interlocutor 4 destaca. Percebemos que o interlocutor 4 reconhece o seu lugar de pessoa branca e a necessidade de desconstruir o racismo institucional através da desnaturalização desse racismo.

O interlocutor 3 coloca como resposta à primeira pergunta o seguinte: “Saber que mais pessoas estão dispostas a acordar sobre o assunto. Ver, entender, estudar, combater ou se defender do racismo (em todos os seus âmbitos). Dar nome e cara ao que as pessoas passam constantemente no seu dia a dia.” Nesta resposta, destaco a necessidade de dar nome ao que atinge a população negra e aproximo essa necessidade do feminismo negro que aponta como primeira demanda para o enfretamento, sobre nomear opressões Ribeiro (2019, p. 11) aponta:

Devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos— mais grave é não reconhecer e não combater a opressão.

Dar nome ao que aflige não só a população negra, mas a todos os grupos historicamente perseguidos se mostram de total relevância. Nesse processo de nomear opressões, ocorre a construção de conhecimentos das bases dessas opressões e de quais estruturas elas se utilizam para serem executadas, bem como seus efeitos. Nomear torna-se uma das principais formas de desmobilização de questões que oprimem.

Após as perguntas acerca de motivações pessoais para corroborar o racismo institucional e entender que este é algo presente no cotidiano, foi feita a pergunta

sobre ter sofrido racismo institucional no território do baixo sul. Obteve-se como resultado que 66,7% já sofreram racismo e 33,3% de quem não sofreu racismo.

Também foi perguntado aos interlocutores sobre reações a episódios de racismo sofrido. Entre os seis interlocutores, apenas quatro responderam o questionamento que foi feito da seguinte maneira: *se você já sofreu racismo institucional, demonstrou insatisfação na hora que aconteceu?* Diante das respostas anteriores, é possível entender que nem todos os participantes relataram já ter sofrido racismo no baixo sul.

Percebemos uma relação importante e interessante entre as respostas dadas aos questionamentos. Essa relação aponta para uma boa definição do que é racismo institucional, seja ele a partir de bases teóricas ou da formação obtida no convívio do grupo, sendo que essa formação permite aos participantes a clareza suficiente para uma definição pessoal e também uma definição relacionada ao convívio social.

Quanto à definição de racismo institucional, no questionamento foi posto em uma pergunta aberta. Diante da construção das respostas postadas pelos participantes da pesquisa, em uma questão do formulário foi pedido aos participantes que definissem racismo institucional e as respostas tiveram aproximações entre si.

No geral, os participantes definiram racismo institucional como ineficiência de instituições públicas ou privadas em oferecer serviços a determinados grupos étnico-raciais, trazendo também a sua presença em todos os âmbitos da vida. De forma naturalizada implícita dentro de um sistema de opressão.

5.2. Levantamento de palavras- chave

A partir desse momento, após a primeira leitura e a criação das primeiras hipóteses acerca dos dados recolhidos, é chegado o momento de uma análise mais aprofundada. Nesse momento, a busca é por eixos temáticos a partir dos dados do formulário. Para tal tarefa serão elencadas as palavras que se destacam, principalmente na pergunta que refere-se à definição de racismo institucional.

Destacando as palavras que mais se repetem no discurso dos interlocutores, foi construída uma relação entre as respostas obtidas na pesquisa, definição de

racismo institucional e a presença desse tipo de racismo no cotidiano no baixo sul, como também no contexto nacional.

Tratando da insurgência das palavras-chave a partir das falas e, a seguir, tomaremos conhecimento das palavras em questão, sendo elas: Instituições, Naturalização, Poder, Estrutura de poder, Estrutura social.

Citando as palavras que sobressaltam no meio das definições e falas, podemos notar que os interlocutores trazem em suas definições uma carga importante que é a do poder, o poder de organizar, o poder de naturalizar, o poder de instituir, o poder de manter e perpetuar as desigualdades e assim por diante.

Foi observado também a repetição das palavras nas diferentes respostas e assim surgiram as palavras acima colocadas e logo mais estas irão ser devidamente e cuidadosamente conceituadas. Para tal tarefa, partiremos dos conceitos a partir da Sociologia e também da Filosofia.

A primeira palavra destacada com uma das principais diante do que foi posto pelos interlocutores é “poder”. São diversos os autores que tratam sobre o poder e seus desdobramentos na sociedade, entre eles destaca-se Sílvio de Almeida, advogado e professor de direito, que em 2019 lança o livro *Racismo estrutural* na coleção **Feminismos Plurais**. Nesse livro, Almeida aborda não só o racismo estrutural, mas também outras dimensões deste, apontando correlações entre racismo estrutural e várias instâncias institucionais e, por que não dizer, de poder.

Almeida (2019) cita Foucault para tratar das relações de poder existentes dentro das instituições. Na obra de Foucault, a questão do poder assume centralidade na sua discussão. O poder em Foucault pode ser entendido a partir de três esferas: o coercitivo, o disciplinar e o biopoder. Essas três formas de poder apontam para diferentes relações de poder que envolvem força física, disciplina monitorada e poder sobre a regulação da vida, respectivamente.

O foco que consideramos aqui nesta dissertação é o poder disciplinar e do biopoder, ambos presentes nas relações atuais de raça. A partir da escolha de quem morre e quem vive, trazemos como contribuição para a discussão Foucault, o autor citado trata de um processo de docilização dos corpos, a obtenção de poder sobre os corpos alheios e a formatação de pessoas para obedecer mesmo de forma inconsciente a comandos.

Porém, aqui nesse texto, trazemos a dimensão nomeada por Foucault (2009) de biopoder. Ligadas às técnicas disciplinares de dominação, primeiro dos corpos em si através de leis, repressão, confisco etc (poder repressivo), depois da força de trabalho separando poder e corpo, também marcado pelo poder de adestrar o homem através de cada especialidade (poder disciplinar) e por fim o biopoder que se explica:

[...]Já sobre o corpo social, ou sobre a sociedade entendida como “população” - novo objeto do biopoder - serão produzidos mecanismos e dispositivos para a regulação, observação, análise, intervenção e modificação da vida, de que são exemplos as estratégias higiênicas, sanitárias, urbanísticas, de controle demográfico e de saúde que proliferam a partir de fins do século XIX. (PASSOS. 2008, p.13)

O biopoder e a biopolítica marcam o momento em que o Estado passa a tomar conta/ zelar da vida humana de forma biológica, ou seja, trata a vida como um todo. O que antes era um poder de “fazer morrer e deixar viver”, agora é o de “fazer viver e deixar morrer”. (FOUCAULT *apud* GESUELI ;PASSOS. 2020, p. 4)

Sendo esta nova fase também é uma forma de disciplinamento dos corpos e da vida (poder disciplinar).

Não é sem certa perplexidade que Foucault alerta para o paradoxo da biopolítica e do biopoder: apesar de ambos terem sido erguidos e fortalecidos pela crença de que trabalham em nome da vida, o que vê, ao mesmo tempo (e de modo preponderante), é que eles atuam em favor da morte, produzindo e /ou gerenciando modos de se produzir a morte em larga escala (BRANCO, G. C. 2008, p.86)

A biologização da vida tendo o Estado como um agente de controle desse processo de cuidados se apresenta como um caminho perigoso por ser esse mesmo Estado o responsável pela definição de normalidade e anormalidade. No cenário brasileiro, esse poder de decisão de padrões apontam para o genocídio de pobres e negros.

A biopolítica, enfim, trata da população e tem no povo, enquanto objeto biológico passível de intervenção política e governamental, um eixo de observação e intervenção de extrema importância. a biopolítica cuida em atingir a população de uma forma nova e totalmente ressignificada: “mais precisamente: com a população como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1996,p.1898), em seus aspectos econômicos e políticos, em que são analisadas as regulações das doenças e epidemias, o prolongamento da vida, o estímulo ou não da taxa de morbidade. Em suma, o que está em jogo é a gestão da vida e a administração dos fenômenos biológicos do homem espécie . (BRANCO, G. C. 2008, p.85-86)

O homem espécie torna-se ameaçado, aliás, alguns homens, aqueles que a partir da hierarquização das raças são tidos como inferiores e por isso passível de serem deixados para morrer. Nesse patamar de “subgente”, estão os negros, as putas, os drogados, os índios, os meninos de rua, os mendigos, os favelados e muitos outros. Esses grupos mencionados representam, para os detentores do poder, a escória social que deve ser eliminada.

[...] é o modo pelo qual, no âmbito da vida que o poder tomou sob uma gestão, se introduz uma separação entre o que deve viver e o que deve morrer, a partir do *continuum* biológico da espécie humana, a aparição das raças, a distinção das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras como inferiores será um modelo de fragmentar o biológico que o poder tomou a seu cargo, será uma maneira de produzir um desequilíbrio entre os grupos que constituem a população.(FOUCAULT *apud* BRANCO, G. C. 2008, p.86, grifo do autor)

Para Foucault, o que se vê, no papel homicida do Estado não é tão somente

“[...] o assassinato direto, mas tudo que pode ser, também, morte indireta: o fato de expor à morte ou de multiplicar, para determinadas pessoas, o risco de morte, ou, mais simplesmente, a morte política a exclusão. (FOUCAULT, 1996, 207). Trata-se de um processo histórico, enfim, que legitima a eliminação e o silêncio dos indesejáveis a partir da introdução das metáforas evolucionistas da biopolítica nas mensagens políticas e sociais mais corriqueiras e cotidianas.” (BRANCO, G. C. 2008, p.87)

Quando trazemos para o texto a papel homicida do Estado, também é tratado sobre as várias formas de assassinatos possíveis que grupos minoritários podem sofrer, entre elas o assassinato das culturas, dos processos de subjetividade e subjetivação dos indivíduos pertencentes ao grupo inteiros.

O poder sobre a vida (biopoder) é utilizado amplamente de forma sorrateira, ou nem tanto, o que é importante notar é que o processo de disciplinamento do corpo e comportamento nos induz a não perceber/ normalizar certos processos de agressão. O poder disciplinar surge como forma de controle e este é amplamente utilizadas nas instituições (veremos a seguir), sendo característico da modernidade, o poder disciplinar “opera por meio de estratégias, táticas e técnicas sutis de adestramento: uma conformação física, política e moral dos corpos” (PASSOS, 2008, p.12)

Outro aspecto presente nas falas durante a pesquisa é “instituições”. Essa palavra é importante para o entendimento do nosso campo de estudo, pois estudamos o racismo dentro das instituições, entendendo elas como engrenagem

fundamental nas relações de poder e por consequência na relações hierárquicas de raça. Para definir instituição, trazemos alguns autores como referência.

Almeida (2019) trabalha com o conceito de Hirsch (2007) definindo instituição como: “[...] modo de orientação, rotinização, coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como torana normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”. (ALMEIDA, 2019, p. 38). Esse entendimento de instituição da conta de que as instituições moldam os indivíduos de tal maneira que estes sirvam a um propósito. Diante desse pressuposto, os indivíduos são previamente idealizados e sutilmente modificados desde a infância até sua vida adulta, através de diversas instituições, tais como: escolas, família, estado, religião, prisão, hospitais psiquiátricos.

Outra definição de instituição é de Oliveira (1996) no livro *Introdução à sociologia*, neste livro, ele discorre da seguinte maneira

Instituição social é um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que têm grande valor social. São os modos de pensar, de sentir e de agir que a pessoa encontra preestabelecido e cujo mudança se faz muito lentamente, com dificuldade. (OLIVEIRA, 1996, p. 108)

Oliveira destaca a diferença entre grupo social e instituição social, em que o primeiro diz respeito a indivíduos com objetivos comuns, já a segunda refere-se à padronização e regras como acabamos de ver. Ainda em sua definição de instituição, Oliveira (1996) elenca as principais instituições, o seu valor para a satisfação das necessidades sociais e, por fim, mas não menos importante, o seu papel de controle do homem.

As principais instituições sociais são: a instituição familiar, a instituição educativa, a instituição religiosa, a instituição jurídica, a instituição econômica e a instituição política.

As instituições sociais servem principalmente como um meio para a satisfação das necessidades da sociedade. Nenhuma instituição surge sem que tenha surgido antes uma necessidade. Mas, além desse papel, as instituições sociais cumprem também o de servir de instrumento de regulação e controle das atividades dos homens. (OLIVEIRA, 1996, p. 109)

Eva Maria Lakatus (1999) também conceitua instituições e, para isso, ela cita Fichter, apontando que “ uma estrutura relevante permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam, segundo determinadas formas sancionadas e

unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas.” (LAKATUS, 1999, p. 166)

Diante das definições acima abordadas e alinhamento com o que se quer neste trabalho, utilizaremos como base a definição de instituição que melhor se aproxima ao nosso objeto de estudo, sendo assim, o conceito posto por Oliveira se afina melhor com o nosso objeto de estudo.

Após tratarmos de instituição, aponto o conceito de estrutura social, essa estrutura, segundo Oliveira (1996, p. 49) se define da seguinte maneira: “[...] conjunto ordenado de partes encadeadas que formam um todo. Dito de outro modo, a estrutura social é a totalidade dos status existentes num determinado grupo social ou numa sociedade”. O status ao quais Olivera se refere é diretamente relacionado à função e à posição social que cada indivíduo ocupa, cada função exercida forma um todo estrutural que se interconectam e dependem um dos outros.

Até esse momento podemos entender o racismo institucional tem relação com a estrutura social e que é formado por status (lugar de cada um) exercido pelos indivíduos, dentro das instituições que seguem normas rígidas e padrões específicos. Esses status são legitimados fazendo valer uma relação de biopoder e ao mesmo tempo o poder disciplinar. Destacamos aqui o poder disciplinar como forma central de controle exercido pelas instituições.

Através de instituições como escola, igreja e família somos levados a incorporar a ideologia vigente e idealizada por quem está no poder, se não respondemos de forma satisfatória ao que se espera, são acionadas instituições que corrijam os desvios. O grande problema desse tipo de correção de desvios de conduto é que as instituições criam um modelo universal de beleza, de comportamento, cria um estereótipo do que é mau, entre outros. Assim as instituições, sejam elas públicas ou privadas, ao nos moldar a partir de suas ideologias, têm o poder suficiente de excluir ou privilegiar um grupo.

Trazendo para a temática racismo institucional, o que ocorre é que ao criar formas de ser e estar no Brasil, as instituições tendem a destinar os negros a status social de subalternos num processo de naturalização do racismo, sendo naturalização uma palavra também amplamente citada na falas dos interlocutores. Sobre o processo de naturalização, pelo qual o racismo passou e passa atualmente. Almeida (2019) discute a naturalização do racismo nos contextos do cotidiano, ele

descreve em seu dia a dia na universidade onde trabalha, no ambiente universitário ele se depara com pessoas negras que ocupam espaços de menos prestígio social, tais com: porteiro, zelador, copeiro, entre outros.

Essas situações que são entendidas como naturais no meio social representam o racismo velado que existem dentro das instituições sociais no Brasil e que vai agindo de forma sorrateira e perversa ao mesmo tempo que coloca os seus preferidos no topo. O racismo institucional é que dá a sociedade a possibilidade de perpetuação dos lugares onde cada indivíduo ou grupo social deve se encaixar, mas também é a partir das instituições que poderemos alcançar um processo de desconstrução e combate ao racismo institucional.

No próximo capítulo, iniciaremos a construção do produto da pesquisa e com ele a construção de uma cartilha de formação/ informação que dá conta de conceitos apontados como importantes, pelos interlocutores, para a discussão da temática racismo institucional no baixo sul baiano. As temáticas que irão fazer parte dessa pesquisa foram levantadas na última questão aberta do questionário ao qual os participantes da pesquisa responderam.

Capítulo 6 - Semente do amanhã

Este capítulo trata a respeito do produto proveniente da pesquisa realizada no BSRCRI, visando ao entendimento do que é o racismo institucional naquele território de identidade e trazendo contribuições para a visibilidade e discussão desse tema, que atinge diretamente o dia a dia da população do baixo sul, Brasil e do mundo.

6.1. O mestrado profissional e o produto

O mestrado profissional foi criado no Brasil na década de 90, porém é em 1998 que a portaria nº 80, de 16 de dezembro que ele é reconhecida pela Capes (BARBOSA, 2026, p. 4). O mestrado profissional se difere do mestrado acadêmico da seguinte maneira:

O Mestrado Acadêmico: voltado para pesquisa visando alargamento e ampliação do conhecimento nos campos teóricos – formar o pesquisador. Mestrado Profissional – voltado para a aplicação do conhecimento a situações práticas, diante de desafios existentes; ampliação dos conhecimentos e saberes vinculados à ação prática; formar um profissional reflexivo (FOMPE *apud* BARBOSA, 2016, p. 5).

O mestrado profissional está diretamente ligado a uma perspectiva prática do dia a dia profissional e visa ao entendimento de problemáticas emergentes do contexto prático gerando produtos inovadores. Já o mestrado acadêmico caminha no sentido da produção teórica do conhecimento.

Ambos os mestrados têm suas especificidades, dessa forma, é necessário salientar que não existe uma hierarquia nem uma competição de qual é o melhor. Tanto mestrado profissional quanto o acadêmico cumprem papéis importantes na produção, difusão e efetivação do conhecimento que produzem.

A primeira afirmação importante é o da superação, em nossa visão, em grande medida, da dimensão tensional presente na relação da modalidade acadêmica e da modalidade profissional, no início do debate. Esse equívoco reducionista de ver a primeira modalidade de maneira positiva e a segunda modalidade de maneira negativa (ou menor), parece já uma página virada - dados em vista de impactos e desdobramentos que se verificam nas publicações, nas experiências e nos posicionamentos dos egressos. (BARBOSA, 2016, p.12)

6.2. O produto

O produto fruto desse trabalho foi definido através de um diagnóstico acerca do que os integrantes da BASRCRI definiram como importante ser construído para a luta antirracista no território Baixo Sul Baiano. Após algumas horas de reunião, foram feitos levantamentos dos problemas e possíveis soluções, chega-se ao foco do problema que se apresenta como a falta de conhecimento acerca da temática e como possível solução a difusão dessa temática no Baixo Sul Baiano.

Diante da emergência do problema, foi pensado em material capaz de informar e formar sobre o racismo institucional e seus colaboradores na manutenção das engrenagens racistas.

Os participantes da pesquisa apontaram cinco temas importantes a serem abordados em um material formativo e informativo acerca do racismo institucional e que levassem em direção a contribuir com o desmonte do racismo institucional.

A elaboração de cartilha formativa/ informativa não deve ser entendida como um amontoado de ideias sem nexos. Para que uma cartilha cumpra o papel formativo/ informativo, alguns passos devem ser seguidos.

Os passos que se seguiram durante a pesquisa oferecem subsídios para que uma cartilha, assim, os passos ao qual se deve seguir nessa elaboração são as seguintes:

Proveniente de um projeto coletivo - a interação de um grupo oferece a possibilidade de que esse material se torne algo realmente efetivo ao público alvo ao qual estará sendo utilizado, a cartilha deve abordar demandas que são reconhecidas dentro do espaço ao qual se destina, “Isto porque a articulação de saberes tende a gerar um produto holístico ao passo que se concebido de forma disciplinar, teria uma visão fragmentada” (BARCELAR; PINHEIRO, *et al*, 2009, p. 2)

Após a base de uma construção coletiva, dialogada e participativa, é necessária a definição de objetivos que guiem processo de construção da cartilha, pois “É importante que o objetivo fique claro logo de início, pois, do contrário, corre-se o risco de que a cartilha se transforme num artefato meramente ilustrativo” (BARCELAR; PINHEIRO, *et al*, 2009, p. 2)

O objetivo da cartilha é a potencialização de espaços de compreensão dos aspectos do racismo institucional a partir das perspectivas do Baixo Sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI).

Após definição de objetivo nítido, é hora de levantar ideias junto ao grupo. Essa ação pode ser feita através de uma tempestade de ideias ou mesmo com a árvore dos problemas, o importante é que todos consigam opinar e entender os processos da construção e entendimento do processo.

O processo de levantar ideias junto ao grupo foi feita na BSRCRI através da árvore dos problemas e, posteriormente, um formulário online. Essas duas técnicas de levantamento de ideias, auxiliou no processo do entendimento do que seria necessário para a criação de uma cartilha.

O processo de pesquisa bibliográfica acerca de cada tema levantado em pesquisa também foi necessário para que a cartilha tivesse fundamento teórico e seguro ao que se propunha, que é atender ao público alvo.

Com a pesquisa bibliográfica em mãos foi necessário a estruturação de um roteiro para a cartilha em si, ou seja, em que ordem as propostas seguiriam na elaboração da cartilha. Esta fase foi elaborada pela pesquisadora, tentando seguir de uma sequência que gerasse uma harmonia no entendimento do tema proposto.

Por último, e não menos importante, houve a criação da cartilha, esta elaborada com o site Canva¹², pela própria pesquisadora da temática. Mas o questionamento que surge é: por que usar uma cartilha para essa temática tão sensível?

A cartilha é um instrumento de formação/ informação de grande alcance e amplamente usado na área de saúde, desprovida de uma linguagem densa, a cartilha possibilita que o leitor tenha acesso as informações de forma clara e objetiva. Mesmo as primeiras cartilhas tendo um viés ideológico ligados aos dogmas da igreja e do Estado.

A cartilha foi introduzida na escola com a função recíproca de veicular a ideologia dominante, sem, ao mesmo tempo, tentar desmistificar o papel do Estado, da família e da igreja. Assim, o fazia aproveitando que as crianças estavam em fase de desenvolvimento para, então, incutir nas mesmas idéias e modelos de comportamento. A instituição escolar, enquanto elemento privado da sociedade civil [...] não atua

¹²CANVA.

Disponível

em:

https://www.canva.com/design/DAESfP_TMxk/j_L9hiW3BeOdLqVTVodkJg/edit?utm_source=onboarding. Acesso em 04. Mar. 2020.

isoladamente, ela representa os interesses da sociedade burguesa. (COLLARES, 2011, p. 5)

A cartilha, como outros métodos de educação e informação, foi e é amplamente utilizada na difusão de ideias. As várias formas de difusão de conhecimento tem aqui a função de desconstrução de padrões postos pelo poder vigente. A utilização da cartilha é uma ferramenta importante de acesso à informação seja esse espaço institucionalizado ou não.

As fases da pesquisa proporcionaram o levantamento de opiniões e questões a serem discutidas na cartilha. A partir do questionário, diagnóstico e observações realizados, formam apontados os seguintes temas:

1. Abolição da escravidão,
2. A invenção do(a) negro(a);
3. Desumanização do(a) negro(a) desde o período colonial;
4. Intolerância religiosa;
5. Mercado de trabalho e desigualdade salarial;
6. Genocídio da juventude negra;
7. Saúde pública;
8. Educação étnico racial e currículo educacional;
9. Cargos de liderança;
10. Importância de se debater racismo nas instituições;
11. Produção intelectual;
12. Canais de ouvidoria e denúncia com poderes punitivos.

Na cartilha de formação, emergente do processo de pesquisa, os temas acima colocados são tratados em eixos agrupando, assim, as temáticas de acordo suas aproximações. Sendo os tópicos descritos a seguir:

A invenção do negro

Este tópico trata de historicidade e de como essa história retratou a população negra, ou seja, como esse povo foi estigmatizado dentro da organização social, quais os papéis sociais esse povo ocupa e a construção desse papel ao longo da história.

Quando tratamos de uma invenção do negro, estamos salientando um processo histórico que colocou o branco como princípio, como marco zero para que

tudo começasse a acontecer. Quando partimos desse pressuposto, estamos dizendo que os povos não brancos existem em função do branco.

Carmichael, em um discurso no Congresso Dialético da Libertação (1967), em Londres, aponta para a quebra desse entendimento de barrancos como princípio da história. Assim Carmichael (2018, p. 20) aponta que

[...] quando um escravo deixa de aceitar definições que lhes são impostas pelo seu amo, então, e só então, é que ele começa a agir e criar uma vida para si próprio. Isso é muito importante, porque o que os povos do Terceiro Mundo têm de fazer, hoje, é parar de aceitar as definições que lhes são impostas pelo ocidente [...]

Diante das palavras de Carmichael sobre a libertação das definições impostas pelos amos, apontamos para esse eixo, os seguintes tópicos:

- Abolição da escravatura brasileira como crime contra a honra da população negra, reparação histórica e Desenvolvimento da pessoa negra;
- A invenção do negro;
- Desumanização do negro desde o período colonial, estética.

Educação e racismo

A educação é um campo de disputa muito importante para a acomodação de grupos em espaços sociais, ou seja, a escola também é responsável por uma construção ideológicas, sobre ideologia Marilena Chauí discorre:

A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dando-lhe a aparência de **indivisão social** e de **diferenças naturais** entre os seres humanos.

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhece-las realmente, sem levar em conta que há contradições profundas entre as condições reais em que vivemos e as ideologias. (CHAUÍ, 2012, p. 176. Grifos da autora)

Os apontamentos de Chauí acerca da ideologia chamam à atenção, pois esses processos de aceitação das condições, aos quais ela se refere, perpassam pelos instrumentos de efetivação dessa ideologia de classes dominantes. Sobre a formatação do lugares e o papel da escola e de outras instituições na sociedade, Lima (2015, p. 21-22) escreve no livro *Relações ético-raciais na escola: o papel das linguagens* que

A escola, entendida enquanto espaço, por excelência, de disseminação de culturas, tem uma responsabilidade social em relação ao que pensa a sociedade a respeito de questões cruciais como as que estão sendo tratadas aqui. Mas, não só a escola, também a família, a igreja foram cúmplices no projeto de inferiorização, deslegitimação dos povos negros e indígenas.

[...]

Ainda no que se refere à escola, é preciso considerar que tudo aquilo que é negado na formação cultural do Brasil também é negado na escola brasileira. Assim, vemos esta instituição social apresentar, transmitir, disseminar e difundir a cultura considerada hegemônica, e não as culturas nacionais.

Diante dos indicativos apontados por Chauí (2012) e Lima (2015) podemos perceber com a educação exerce um papel importante na naturalização de padrões de comportamento de grupos inteiros, sendo esse ponto tão mencionado durante a pesquisa com o BSRCRI. Foram elencados e destacados pela pesquisadora para compor este eixo os seguintes pontos:

- Produção intelectual;
- Educação étnico racial e currículo educacional;
- Importância de se debater racismo nas instituições.

Instituições e racismo

Com já tratado aqui neste trabalho, as instituições, principalmente em países com histórico de colonização e escravização, têm bases institucionais que perpetuam hierarquias que preconizam alguns grupos nas estruturas de poder. Esses poderes reverberam no dia a dia da população através da educação, justiça, saúde pública, mercado de trabalho, na vida privada e etc.

Em relação ao assunto racismo e instituições, não podemos deixar de lado Stokely Carmichael, integrante do *Black Panther Party* (Partido dos Panteras negras) entre as décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos. Carmichael foi o primeiro a definir o racismo institucional e diferenciá-lo do racismo individual. Citando Fanon, ele discorre “ [...] vemos que a alienação do negro não é uma questão individual, e sim de diagnóstico social” (CARMICHAEL; 2018, p. 16)

Segundo a explicação acerca de não falar sobre o indivíduo, Carmichael¹³ prossegue dizendo que

¹³ Stokely Standiford Churchill Carmichael nasceu em Poeto of Spain, Trindade e Tobago, em 29 de junho de 1941. Reconhecido ativista negro nos Estados Unidos atuou com Martin Luther king Jr. E

A outra razão por que não falo sobre o indivíduo é que sinto que sempre que se formulam questões sobre os problemas raciais para a sociedade ocidental branca, cada homem branco diz:

Bem, não ponham a culpa em mim, sou a única pessoa que não pensa assim. Na verdade, não tenho nada contra você, considero-o como um igual. Você é tão bom quanto eu quase. (CARMICHAEL; 2018, p. 16-17, grifo do autor)

Após tomarmos conhecimento do que Carmichael pensa sobre o racismo individual e também o entendimento através de Fnon de que o racismo deve ser entendido em um patamar social, podemos agora trazer esse pensamento norte americano e martinicano, respectivamente, para a realidade brasileira onde o racismo é a base de todas as relações existentes. Ou você nunca ouviu:

- Eu não sou racista, eu tenho até um amigo negro;
- A moça que trabalha lá em casa é negra e é quase da família;
- Existe racismo no Brasil, mas eu não sou racista.

No livro *O Homem Cordial*, o autor Sérgio Buarque de Holanda (2012) trata, no capítulo com o mesmo nome, a respeito do jeito cordial que implica em uma capa de gentilezas e sociabilidade, mas que na verdade serve para mascarar para proteger os seus e seus laços sanguíneos e de afetividade ou o privado em detrimento do público.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesse interesse. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo da história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvidas o da família aquele que se expressou com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência, dos chamados “contratos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLANDA, 2012, p. 52)

outros ativistas do Movimento dos Direitos Civis nas décadas de 1960 e 1970. Estudante, foi presidente do SNCC (Student non Violent Coordinating Committee) e, posteriormente, junto com Huey Newton e Bobby Seale, realizou combativos protestos antirracistas pelo Partido dos Panteras Negras, do qual era “Primeiro- Ministro Honorário”. Faleceu na Guiné-Conacry em 15 de novembro de 1998 (CARMICHAEL; 2018, p. 15)

Vemos como a cordialidade do brasileiro esconde por trás de si questões ligadas à manutenção do poder nesses círculos fechados e restritos às mesmas famílias por séculos e séculos.

Assim, Carmichael (2012) descreve racismo individual e racismo institucional com as seguintes palavras:

Para este debate sobre o racismo, é importante fazer uma distinção entre ambos os tipos: o racismo individual e o racismo institucional. O primeiro tipo consiste em atos abertos por parte dos indivíduos, com o resultado normalmente imediato da morte de vítimas ou da destruição traumática e violenta de propriedades. Esse tipo pode ser registrado em câmeras de TV e frequentemente observado quando é cometido.

O segundo tipo é menos aberto, mais sutil, menos identificado em termos dos indivíduos específicos que cometem os atos, mas não é menos destrutivo para a vida humana. Trata-se da operação geral de forças aceitas e respeitadas na sociedade e, assim, não recebe a condenação aplicada ao primeiro. (CARMICHAEL, 2018, p.17)

Pode-se perceber que, na definição do racismo institucional, Carmichael aponta que esse tipo de racismo vem de “forças aceitas e respeitada”. Essas forças vêm de instituições que fazem as leis e descrevem todos os comportamentos sociais aceitáveis são tidas como confiáveis. As regras sociais postas pelas instituições ao longo da história atualmente são vistas como naturais como se sempre estivesse existido uma hierarquia.

Diante da importância das instituições como balizadoras das ações sociais que são naturalizadas ou não, foram levantados durante a pesquisa os seguintes pontos:

- Intolerância religiosa;
- Genocídio da juventude preta;
- Saúde pública e pessoas negras;
- Cargos de liderança e pessoas negras.

Classe e raça

Raça e mercado de trabalho é um tema recorrente atualmente e que foi mencionado pelos interlocutores da pesquisa. No Brasil, a questão da raça e da classe caminham juntos, afinal o país foi construído a partir das bases da escravização de milhões de pessoas sequestradas proveniente do continente africano e da população indígena que aqui estava.

Atualmente, os dados do IBGE dão conta os intercruzamentos de raça e classe, as questões ligadas à raça e classe também podem ser visíveis no cotidiano dos brasileiros nas divisões entre os centros urbanos e as favelas, entre o norte e o sul na linha da geopolítica e muitas outras divisões.

O sistema de classes sociais foi forjado com o capitalismo e este foi financiado pelo processo de escravização e colonização/ opressão da África e da América. Sobre o racismo e capitalismo, Carmichael (2018, p.29) aponta que

Compreendemos que um sistema capitalista, seja por planejamento ou não, contem dentro de si, automaticamente, o racismo. Capitalismo e racismo parecem andar juntos. A luta pelo Poder Negro nos Estados Unidos e, seguramente, no mundo, é a contenda para libertar essas colônias do domínio externo.

Sendo raça e classe algo tão evidente no Brasil como um todo, este tema não poderia estar de fora da cartilha de formação informação do BSRCRI. Classe e raça que se intercruzam e que fazem parte da base da formação nacional. Não podemos deixar de lado que o financiamento do capitalismo na Europa é proveniente do saque de dois continentes.

A partir de tudo que foi exposto, seguem os pontos que serão abordados neste eixo:

- Mercado de trabalho e desigualdade salarial;
- Canais de denúncia.

Os eixos selecionados dão conta de assuntos de relevância para o entendimento e combate ao racismo institucional no Baixo Sul Baiano, o processo de pesquisa favoreceu aos envolvidos não só um produto para a utilização, mas também contribuiu no processo de autoconhecimento grupal e pessoas.

Considerações finais

Diante do processo de pesquisa e construção em torno da temática, conhecimentos foram adquiridos. O aprofundamento nas questões étnico-raciais, mas especificamente acerca do racismo institucional, as ramificações do racismo a partir das demandas do território Baixo Sul Baiano e do grupo BSRCRI proporcionaram uma alargamento de conhecimento pessoal e grupal. Durante o processo de pesquisa, foi possível adentrar e conhecer, enquanto pesquisadora, o Baixo Sul Baiano no que tange o racismo institucional.

Mediante a pesquisa, através dos componentes da BSRCRI que também são moradores do Baixo Sul, a existência do racismo institucional naquele território e que esse tipo de racismo é tão dissimulado quanto no resto do país.

Assim, as indicações de temas possíveis a serem tratadas em uma cartilha formativa e informativa destinada à população do Baixo Sul Baiano indicam para as ramificações do racismo institucional em diversas áreas presentes no território.

Diante de todo o processo de levantamento e estudo das características apontados pelos membros do BSRCRI, junto com as pesquisas bibliográficas, foi possível perceber a aproximação entre as literaturas e as preocupações do grupo acerca da temática e sua inserção enquanto problemática.

Com a pesquisa, podemos notar que o território em questão, assim como o Brasil, herdou a reprodução escravocrata que sobrevive até os dias atuais. A subalternização de grupos étnicos inteiros também é percebida a partir dos interlocutores, questões como: mercado de trabalho, saúde, genocídio, renda e moradia também se fazem presentes entre as principais preocupações do grupo.

As barreiras impostas pelo racismo também são uma constante para o grupo que em muitos espaços institucionais que não dão crédito ao assunto, legitimando a questão da democracia racial, corroborando para a construção de que as relações raciais não apresentam grandes tensões no Brasil.

A partir do exposto, a construção de material informativo e educativo que representem as demandas observada no Baixo Sul Baiano como necessárias a serem discutidas e entendidas no território alcançara a população com mais rapidez e eficácia através das redes sociais ou impressa. A estruturação de conhecimentos importantes sobre racismo institucional oferece a quem tem acesso ao

conhecimento, a oportunidade de identificar, nomear e se defender da opressão institucional.

Referências Bibliográfica:

- AIRES, L. **Paradigma qualitativo e práticas de intervenção educacional**. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%200%281%c2%aa%20edi%c3%a7%c3%a3o_atualizada%29.pdf>. Acesso em 30 mar. 2020.
- AO ENCONTRO DO OUTRO: A METODOLOGIA E OS SUJEITOS DA. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em 04 abr. 2020
- BARBOSA. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf?sequence=1>>. Acesso em 12 de dez. 2019
- BRASIL. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BRASIL. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BRASIL. **Plano desenvolvimento territorial sustentável: baixo sul da Bahia**. Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf >. Acesso em: 27 jan.2020.
- BRASIL. **Plano desenvolvimento territorial sustentável: baixo sul da Bahia**. Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf >. Acesso em: 27 jan.2020.
- CARMICHAEL; S. **O poder negro**. in PEREIRA (org). **O poder negro**. 2º ed. Belo Horizonte: Nadyala, 2018.
- Gil, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Disponível em:
- GOMES. H. M. S. **“ACESSO RESTRITO” Análise do Racismo Institucional em Unidades de Saúde Pública em Crato-CE**. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9747/2/arquivototal.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2019
- GOMES. H. M. S. **“ACESSO RESTRITO” Análise do Racismo Institucional em Unidades de Saúde Pública em Crato-CE**. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9747/2/arquivototal.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2019
- HOLANDA. **O homem cordial**. São Paulo : penguin classics campanha das letras; 2012.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

LIMA. **Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens**. Salvador: EDUNEB; 2015.

LÓPEZ. **A forja da identidade através da literatura colonial dos séculos XV e XVI, navegantes, cronistas e religiosos no novo mundo**. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7830/1/arquivo7787_1.pdf. Acesso em 27 de jul de 2020.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mapa do Encarceramento aponta: maioria da população carcerária é negra. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1>. Acesso em: 16 de jun. de 2020

MORAES. **No país do racismo Institucional: dez anos de ação do GT racismo no MPPE**. Disponível em: < <https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf>>. Acesso em 3 de jun.2020

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 18 dez 2020.

MUNANGA, K; GOMES, N. L. **O negro no brasil de hoje**. São Paulo: global. 2016.

MUNANGA, K; GOMES, N. L. **O negro no brasil de hoje**. São Paulo: global. 2016.

MUNANGA. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 24 de jul. 2020

PACHECO, C. M. F. **Origens e transformações da escravidão na África: como o negro foi transformado em sinônimo de escravo**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019

PACHECO, C. M. F. **Origens e transformações da escravidão na África: como o negro foi transformado em sinônimo de escravo**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019

PESQUISA. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8721/8721_5.PDF>. Acesso em 03 Abr. 2020.

PORTO, J. R. S. **Poder e território no baixo sul da Bahia os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.** Disponível em: <<https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/1898/2/2016%20-%20Jose%20Renato%20Sant%27Anna%20Porto.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2019

PORTO, J. R. S. **Poder e território no baixo sul da Bahia os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.** Disponível em: <<https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/1898/2/2016%2020Jose%20Renato%20Sant%27Anna%20Porto.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2019

PORTO. Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/2433/243360564014/html/index.html>>. Acesso em 18 de jun 2020.

PRANDI. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.** Disponível em: <file:///C:/Users/Everton/Downloads/32879-Texto%20do%20artigo-38437-1-10-20120710.pdf>. Acesso em 30 de jun 2020.

SANTOS 2. **A mulher na Magna Grécia: um “objeto” de valor.** Disponível em: <file:///C:/Users/Everton/Downloads/Dialnet-AMulherNaMagnaGrecia-6298081.pdf>. Acessos em: 25 de jul.2020

SANTOS. **A invenção do ser negro:** um percuso das ideías que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: educ/fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SEPLAN. **Territórios de Identidade.** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. acesso em 01 abr. 2020

SILVA A, H; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.** Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 2 de abr. 2020.

SILVA. M. J. **Racismo à brasileira: raízes históricas.** 4.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA. M. J. **Racismo à brasileira: raízes históricas.** 4.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SIMIONATO, M. M; SOARES, S. T. **Teoria e metodologia da pesquisa educacional: ponto de partida para o trabalho de conclusão de curso.** Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/896/5/TEORIA%20E%20METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA%20EDUCACIONAL.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

WEDDERBURN. C. M. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.** Disponível em:< <http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2020.

WEDDERBURN. C. M. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.** Disponível em:< <http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2020.

WERMUTH; MARCHELLO; MELLO. **Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo.** Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/341561974_Necropolitica_racismo_e_politicas_d_e_morte_no_Brasil_contemporaneo>. Acesso em: 01 de ago. 2020

Williams, E. **Capitalismo e escravidão.** Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13009.pdf>. Acesso em 16 out 2019.

Williams, E. **Capitalismo e escravidão.** Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13009.pdf>. Acesso em 16 out 2019.

Apêndice A

RACISMO INSTITUCIONAL

O combate no baixo sul baiano

**Lousana de Jesus Santana
Marcelo Máximo Purificação**



BSRCRI

APRESENTAÇÃO

Este material é oriundo de um processo de pesquisa realizado no programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Para a elaboração dessa cartilha, foi realizada uma pesquisa-ação junto ao grupo Baixo Sul em Rede no Combate ao Racismo Institucional (BSRCRI), criado no ano de 2018, naquele território de identidade.

Esta cartilha foi criada como o objetivo de auxiliar os membros da rede na formação de novos membros desta e na difusão do conhecimento da temática racismo institucional.

Cada tópico que será apresentado nesta cartilha foi proveniente das indicações da rede como temas importantes para a discussão do racismo institucional e seu combate.



FONTE: IBGE (2020).

O Baixo Sul Baiano é composto municípios 15 municípios (imagem ao lado), sendo eles: Aratuípe, Jaguarípe, Valença, Presidente Tancredo Neves, Cairu, Taperoá, Teolândia, Nilo Peçanha, Ituberá, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Igrapiúna, Camamu e Ibirapitanga.

O território de identidade Baixo sul consiste em 2,56% da população baiana atualmente (PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVE)

Saiba mais sobre o baixo sul Baiano

- Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário do território baixo sul da bahia - PTDSS, no site: <http://www.seplan.ba.gov.br/> ou no link <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica territorial/PUBLICACOE S_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel PTDS/2018/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf>

SUMÁRIO



- EIXO 1: A INVENÇÃO DO NEGRO 4**
 - A abolição como crime contra a população negra 5
 - A invenção do negro 6
 - Desumanizaçãodo negro desde o período colonial..... 7
- EIXO 2: EDUCAÇÃO E RACISMO 8**
 - Produção intelectual..... 9
 - Educação étnico-racial e currículo educacional..... 10
 - A importância de discutir o racismo institucional..... 11
- EIXO 3: INSTITUIÇÕES E RACISMO 12**
 - Intolerância religiosa 13
 - Genocídio da juventude negra 14
 - Saúde pública e população negra 15
 - Cargo de liderança e pessoas negras 16
- EIXO 4: CLASSE E RAÇA 17**
 - Mercado de trabalho e desigualdade salarial..... 18
 - Canais de denúncia..... 19



EIXO 1: A INVENÇÃO DO NEGRO

Valença – BA: 88.673 habitantes, segundo censo de 2010

A abolição da escravidão ocorreu, no Brasil, em 13 de maio de 1888. A assinatura de papéis competentes à lei Áurea não representou liberdade ou libertação; a partir desse marco foi incitado um novo ciclo de subalternização do povo negro no Brasil.

Ao contrário do que é difundido pelos livros de história e pelas mídias, o povo negro conquistou sua liberdade através de muitas revoltas e luta. O processo de abolição representou para os milhões de negras e negros do Brasil a exclusão de todas as garantias de subsistência necessárias. Diante da abolição, essas pessoas foram empurradas à própria sorte, sem direito a nada, além da suposta liberdade.

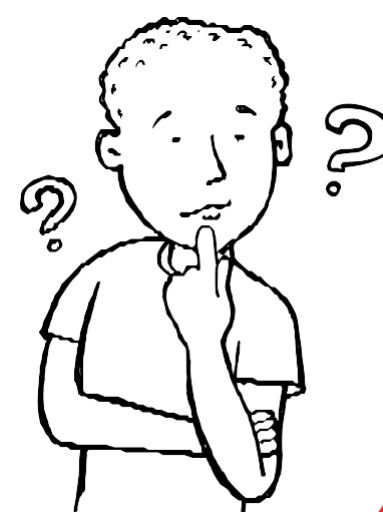
O projeto de nação pós-abolição não incluiu em nenhum momento a inclusão da população que até outrora era escravizada no território. Com a chegada de trabalhadores europeus, a sensação que se tinha era que a elite brasileira tentou a todo custo eliminar o passado de quase 300 anos de regime escravista que bancava seus luxos e o de outros países europeus.



O grande impasse após a abolição/ emaciação de seus corpos foi o para onde ir e isso teve impactos sociais, econômicos e principalmente na continuidade de uma construção de identidade negra por parte da elite branca.

As marcas do passado brasileiro como espaço construído sobre bases escravocratas continuam presentes no cotidiano, podemos notá-las no diversos mapas e estudos estatísticos como raça e classe se inter cruzam e de como os espaços de poder continuam nas mãos das mesmas famílias desde sempre.

Como você percebe essas relações entre o passado e o presente nas relações étnico-raciais onde você mora?



A invenção do negro

Como já mencionado no ponto anterior, a pós-abolição para o povo negro representou um liberdade que não possibilitava a essa pessoa a garantia de sobrevivência. A construção da identidade do negro no Brasil perpassa pela naturalização de um "lugar" comum para o negro.

Essa construção começa com o processo de colonização; tal momento marcante na história da humanidade teve em sua construção o questionamento da humanidade de negros e de povos originários da América, baseando-se em fundamentos religiosos e jurídicos, criaram e difundiram o que era ser negro. Posterior à criação de uma identidade negra de cunho religioso, tem-se uma criação de fundo científico do negro que se dividiam entre a diversidade das raças e os fatores climáticos.

Essas formas de ciência (datadas do século XVIII) hierarquizaram o brancos, negros e povos originários colocando sempre a "raça" (termo utilizado pela ciência da época) branca como superiores aos demais. Essas teorias ancoravam-se na Biologia e na Botânica para a divisão de povos entre raças e essas raças eram associadas às características que formaram o estereótipo do que é ser negro, branco ou indígena.

É importante percebermos como falamos os **negros e os índios**; ao falarmos assim, trazemos injetados em nossa compreensão de mundo algo difundido no século XVII (racismo científico), acabamos por massificar todo um continente e todas as diferenças existentes naquele espaço e de povo para povo se resume nos negros.

Diante de uma construção histórica, científica e política do que é ser negro (a) no mundo, podemos perceber como a identidade negra foi criada por brancos e como essa identidade criada tem repercutido de forma significativa no cativeiro chamado "lugar do negro".

Saiba mais sobre a invenção do negro

Livro: A invenção do ser negro de Gislene Aparecida dos Santos

Link para PDF: https://kupdf.net/download/a-invenao-do-ser-negro-gislene-aparecida-dos-santos-2005_59b012aadc0d60021d568ee0_pdf



Desumanização do negro desde o período colonial

Os processos de colonização e a desumanização dos não-europeus foram algo fixado e difundido pelas ciências e pela religião que buscavam justificativas para a hierarquização das raças. O processo de desumanização do povo negro começa a partir da coito forçado cometido pelos europeus em seus territórios e cultura e, assim, discorre Santos (2008, p. 23):

[...] Sob o olhar do "nós", os Europeus miram os "outros" (os não-europeus) com desprezo enquanto tentam defender o que compreendem por direitos universais. Reconhecem a diferença, a existência de homens diferentes e abomina a injustiça que possa ser praticada contra eles. Mas não deixa de ser, apesar disso, espelho do modelo racional criado por eles.

A visão europeia de humanidade é endógena, ou seja, fechada em si mesma refere-se à aproximação de sua própria humanidade, africanos e povos originários da América eram vistos como desalmados, a busca por diferenças embasados por pensadores davam conta de que a África era a porta do inferno e que eram despossuídos de alma, comparados aos animais, pouco evoluídos pelas condições ambientais e pelas características físicas, tais como; cabelo, nariz, cor da pele.

Foram fixados pontos evolutivos e físicos de sociedade para finalmente justificar a escravização e o genocídio da população negra, durante o processo de colonização da África e da América.

Ao pensar sobre beleza, de cargos de liderança e poder qual a pessoa que vem à sua mente? Essa pessoa é negra ou branca? Você já visualizou esses espaços ocupados por uma pessoa negra?



EIXO 2: EDUCAÇÃO E RACISMO



Gandu – BA: 30.336 habitantes, segundo censo de 2010

Produção intelectual

A produção intelectual negra vem sendo, nos últimos tempos, evidenciada de forma exponencial, mas nem sempre essa realidade foi visualizada. Ao falarmos sobre produção intelectual de pessoas negras, é importante ressaltar que ela sempre existiu, embora tenha sido soterrada pela sociedade racista.

No Brasil, após o processo de abolição, a população negra não teve acesso a direitos básicos e, entre esses direitos, estava a educação, a privação, a educação formal repercutiu na não-participação de milhões de negros (as) da produção intelectual formal no país.

As reivindicações de negros(as), por meio dos movimentos negros, repercutiram em leis que garantiram a entrada de negros e negras na universidade pública brasileira de forma que a pouca quantidade de pesquisadores negros(as) tivesse um ganho quantitativo nesse espaço que outrora era ocupado massivamente por pessoas brancas.



Fonte: Google imagens

Essa nova geração que adentrou esse espaço institucional de poder teve e tem agora a chance de falar de si e de sua cultura; o levante da população negra cria a possibilidade da construção da sua identidade para si para os outros. Sobre essa reconstrução indenitária, uma coisa é importante, é um movimento difícil principalmente após a quase destruição e saque cultural ao qual fomos submetidos por tanto tempo.

Atualmente, podemos citar como grandes nomes de intelectuais-negros(as) Djamila Ribeiro, Sílvia Almeida, Abdias Nascimento, Conceição Evaristo, Leila Gonzales, Patrícia Hill Collins e muitos outros (as).

Educação étnico-racial e currículo educacional

A escola, entendida enquanto espaço, por excelência, de disseminação de culturas, tem uma responsabilidade social em relação ao que pensa a sociedade a respeito de questões cruciais como as que estão sendo tratadas aqui. Mas, não só a escola, também a família, a igreja foram cúmplices no projeto de interiorização, deslegitimação dos povos negros e indígenas. (LIMA, 2015, p. 21) E a escola, como explicado por Lima, é espaço de difusão de modos de ser e estar na sociedade. A escola é um espaço que reflete a sociedade onde está inserida e reproduz as relações e os projetos de sociedade.

A escola, enquanto espaço de poder, deve conter em seu currículo temas que sensibilizem a sociedade para conflitos existentes em seu meio social. O currículo escolar dá conta de conflitos políticos, econômicos, raça, gênero, entre outros. Dentro do espaço escolar, os temas que provocam reflexões podem ser trabalhados ou não, isso depende dos interesses vinculados ao que se quer que seja reproduzido na sociedade, ou seja, a escola pode ser espaço de inclusão ou de exclusão de grupos inteiros.

Ao discutirmos currículo e educação étnico-racial, não podemos deixar de fora as lutas pela inclusão da temática no currículo escolar brasileiro que, no ano de 2003, a lei 10.639 foi aprovada e com ela houve a obrigatoriedade de serem incluídos no currículo temas que suscitem a contribuição da população negra quanto à formação nacional, deixando de lado um currículo exclusivamente focado em saberes eurocêntricos.

Muito caminho foi percorrido na conquista do direito de ser considerado na educação formal, mas apenas as letras da lei não dão conta de alcançar a concretude da realidade, cabe a nós a efetivação e a descolonização dos currículos escolares e de nossas vidas.

Saiba mais sobre currículo e educação étnico-racial

- Livro : Educação étnico-racial na escola, escrito por Maria Nazaré Mota Lima
- Artigo: Currículo e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte, escrito por Kátia Regis e Guilherme Basílio - link de acesso: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-33.pdf>



A importância de se discutir o racismo institucional

Para começar, é necessário sabermos da existência de tipos diferentes de racismo; entre os principais e os mais discutidos estão: racismo individual, racismo institucional e racismo estrutural, sendo eles nocivos para o acesso de pessoas negras e pertencentes a povos originários a direitos básicos.

O racismo individual é a forma mais conhecida e criminalizada no Brasil e consiste em atos diretos como insultos e agressões, tendo como critérios étnico-raciais com o objetivo de eliminar ou diminuir uma pessoa por conta de seu pertencimento.

Antes de adentrar no racismo estrutural, devemos deixar nítido que o racismo reverso não é possível, pois isso só poderia acontecer caso o grupo oprimido tivesse poder suficiente para exercer suas ideologias sobre seus algozes, como sabemos, a população negra não ocupa postos de poder que influenciem na dinâmica social.

O racismo institucional é definido pela sua característica sutil e menos aberta, menos identificado em atos do cotidiano, mesmo sendo menos perceptível, o racismo institucional é letal tanto ou mais do que o individual, sendo ele representado pela ação ou omissão de instituição no sentido de segregar grupos étnico-raciais inteiros de direitos.

Um exemplo disso é a omissão do Estado diante da mortandade de pessoas de determinada etnia pelas mãos da polícia, por falta de saúde, etc, ou por parte de empresas privadas que coíbem o acesso de pessoas a cargos de poder.

O racismo estrutural é uma forma presente nas bases da formação da sociedade e, como em todos os momentos e lugares, este tipo de racismo utiliza como engrenagem para sua efetivação as instituições, tais como: escola, igreja, justiça e Estado para a manutenção de uma estrutura posta e manutenção desta.

A importância de tratar sobre racismo institucional se faz no ponto que é este tipo de racismo que movimenta todas as outras formas de racismo, as instituições são partes importantes na naturalização de práticas sociais e lugares onde cada grupo deve estar e ocupar e o lugar que o negro ocupa para essas instituições são de subalternidade e condições insalubres de vida.

A discussão do racismo institucional e, principalmente, a ação por dentro de instituições cria possibilidades de quebrar por dentro toda uma estrutura de poder e opressão.



EIXO 3: INSTITUIÇÕES E RACISMO

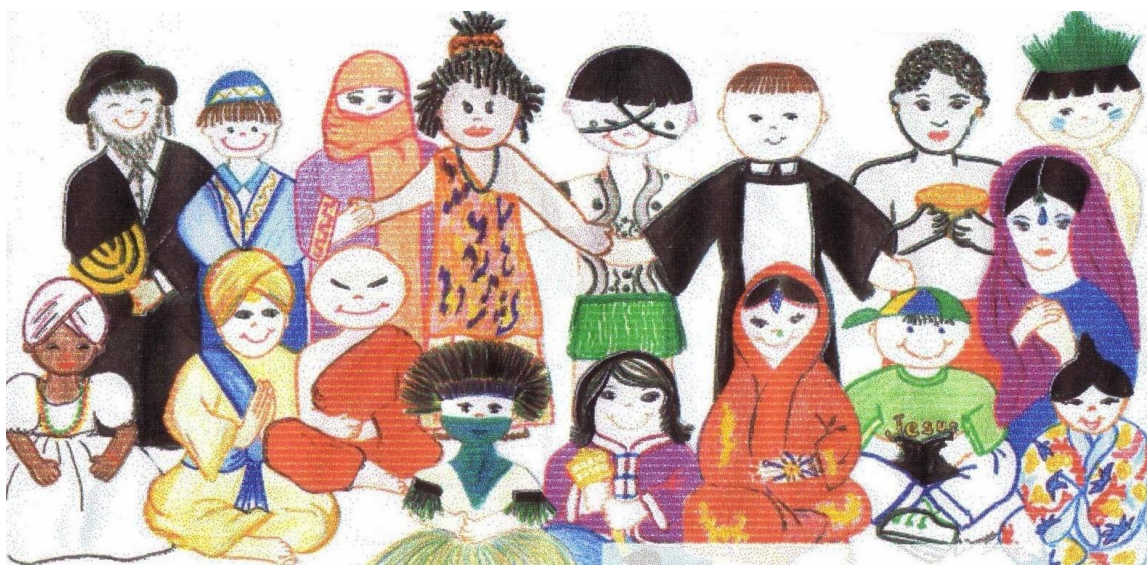
Taperoá – BA: 18.748 habitantes, segundo censo de 2010

Intolerância religiosa



A intolerância religiosa é fruto dos processos violentos de colonização. Durante esses processos, não apenas os corpos foram violentados de diversas formas, a cultura e formas de reprodução de vida foram impedidas e substituídas pelos invasores/ sequestradores.

O intolerância de expressão religiosa também está submetida a construções hegemônicas, assim, as formas de expressões religiosas provenientes de grupos considerados primitivos não são bem vistos ou legitimados, com o processo de diminuição, há também a demonização de religiões e pessoas pertencentes a elas. Nos últimos anos, as discussões sobre a temática têm ganhado volume por conta de vários episódios de violência motivados pela não aceitação de crenças religiosas. Através de lutas pela liberdade de expressão religiosa de povos historicamente perseguidos, algumas conquistas foram conquistadas, tais como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, no ano de 2007 (lei nº11.635).

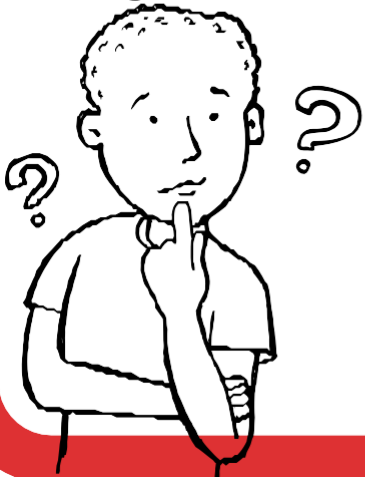


Fonte: Google imagens

Materiais de campanha de informações e formação também foram produzidos, como por exemplo uma cartilha produzida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Em 2008 também foi criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR).

Os processos de combate ao ódio que envolvem a religião estão sendo construídos por muitas mãos e trabalhados na construção de uma liberdade que se oponha à competição e à hierarquização de religiões ou pessoas por conta desta.

Levando em conta a realidade da sua região, discorra sobre as crenças hegemônicas no tocante à religião.



Genocídio da juventude negra

A juventude negra do Brasil se configura como as maiores vítimas do processo de eliminação da população negra do país. O IPEA divulgou em 2019 dados que dão conta de que:

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui Como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. (Ipea, 2019)

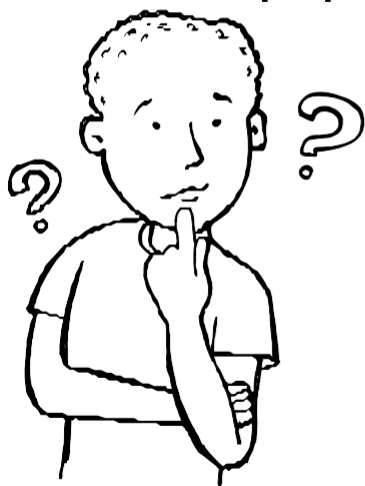


Fonte: Google imagens

A tentativa de branqueamento da população brasileira e os estereótipos criados para a criminalização dos corpos negros se fazem presentes desde a suposta libertação dos escravizados e os milhões de negros e negras que foram estereotipados como passíveis de serem violentados fisicamente e simbolicamente.

O corpo negro é visto e naturalizado como representação do crime, da prostituição, da miséria e de outras mazelas. Essa imagem se cria e recria a partir do que as instituições deliberam sobre o que é belo, bom e não-criminoso.

Em relação à violência Contra negros e negras, em quais situações no seu cotidiano regional é possível visualizar situações de violência física ou simbólica Contra a população negra?



Saúde pública e população negra

As questões ligadas à saúde da população negra no Brasil são as que mais demonstram a falta de ação estatal em relação à vida de pessoas negras, essa omissão se configura como racismo institucional. Foucault (filósofo da década de 80) em seus escritos chama atenção para ações do Estado em "fazer viver e deixar morrer".

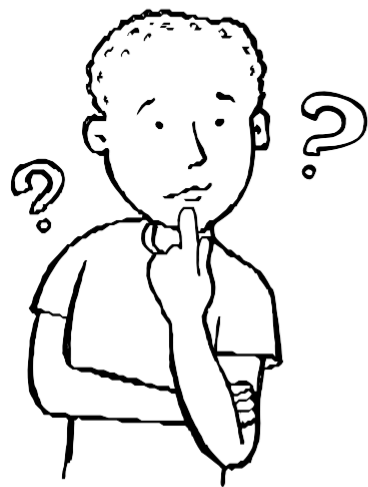
O dever do estado de proteção cai por terra quando este é seletivo quanto à sua proteção e simplesmente deixa morrer pela omissão, o sistema de saúde público do Brasil se configura como um dos mais completos do mundo, porém tem em si as raízes do racismo.

Outro ponto que deve ser atentado é o estereótipo no qual pessoas negras são encaixadas, sendo ele ligado ao de aguentar dor, ao serem menos passíveis de adoecimento e até mesmo a falta de existência de pesquisa sobre doenças que acometem em sua maioria pessoas negras.

Quando o assunto “saúde pública” intercruza com “gênero e raça”, é possível visualizar quem mais sofre com essa temática. As mulheres negras estão mais vulneráveis ao sofrimento da violência obstétrica e ginecológica. Desde a quantidade de anestesia na hora do parto até as frases ofensivas proferidas pela equipe médica no momento do parto configura-se o racismo institucional dentro do sistema de saúde brasileiro.

A busca por um sistema de saúde que esteja aberto para o atendimento das especificidades e igualdades do público que atende, buscando ir na contramão do fazer morrer, que Foucault discute em seus escritos.

Sobre o sistema de saúde, você já foi vítima ou presenciou racismo institucional neste espaço? Como você conseguiu identificar a situação Como racismo institucional?



Cargo de liderança e pessoas negras

Atualmente, muito tem se ouvido nas ruas e em espaços de militância negra acerca dos espaços de poder. As seguintes frases ressoam por todo o momento: “não há negros em espaços de poder” e “os negros precisam conquistar os espaços de poder”. Diante dessas assertivas, nasce o questionamento que dá nome a esse tópico e que vai além: será que é tão fácil assim a conquista dos espaços de poder pelo povo negro?

O poder está ligado diretamente a acúmulos durante a história de privilégios para a manutenção de lugares no topo. Toda esta construção da nação brasileira aponta, atualmente, para o que a militância negra tanto questiona acerca dos espaços de poder e a não presença desta população étnico-racial neles. Algumas medidas (ações afirmativas) vêm sendo tomadas no âmbito de políticas públicas voltadas para a minimização do peso da mão do estado brasileiro quando se refere à marginalização de grupos historicamente excluídos.



Identifique e cite 8 figuras de lideranças negras de seu município.



EIXO 4: CLASSE E RAÇA



Mercado de trabalho e desigualdade salarial

O mercado de trabalho é uma demanda que se faz presente desde 13 de maio de 1888 (data da abolição da escravidão negra no Brasil). A saída da condição da escravizados representou um "liberdade sem asa e sem pão" (Oliveira da Silveira). A oblação sem políticas de inclusão dos milhes de negros e negras gerou um saldo de desemprego e subemprego que até hoje é sentida no Brasil.

Atualmente negros (as) e pardos (as) representam a maioria da mão de obra trabalhadora do Brasil em 2018 a porcentagem chegou a 57,7 milhões de pessoas (Ipea, 2019), mesmo representando a metade dos trabalhadores do país.

Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. (Ipea, 2019)

Políticas públicas são necessárias para a inserção da população negra brasileira no mercado de trabalho e equiparação salarial que garanta condições humanas de vida.

Em sua região, as oportunidades de emprego e salários são as entre negros e brancos? explique Como você chegou a essa conclusão.



Canais de denúncia



- **Disque Direitos Humanos- telefone: 100;**
- **Delegacia especializada em receber denuncia de racismo no estado baiano, só temos 1 em na capital (salvador) Endereço: Rua Politeama de Baixo, s/n (Localizado em uma sala da Polinter – Complexo Policial dos Barris –), Salvador/Bahia Telefone: (71) 3117 – 6109.**
- **Casos de racismo em instituições de saúde- 136**
- **Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) telefone: (71) 3117-7448.**



BSRCRI